

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL**

**EMPREGO E MIGRAÇÃO EM DEZ MUNICÍPIOS  
SELECIONADOS DA REGIAO NORTE**

**RÚBIA SILENE ALEGRE FERREIRA**

Manaus  
2008

**RÚBIA SILENE ALEGRE FERREIRA**

**EMPREGO E MIGRAÇÃO EM DEZ MUNICÍPIOS  
SELECIONADOS DA REGIAO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Coelho Nascimento

Manaus  
**2008**

**RÚBIA SILENE ALEGRE FERREIRA**

**EMPREGO E MIGRAÇÃO EM DEZ MUNICÍPIOS SELECIONADOS  
DA REGIAO NORTE**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas.

Manaus, 29 de abril de 2008

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luiz Roberto Nascimento – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. Pery Teixeira – Membro  
Universidade Federal do Amazonas

---

Profa. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira – Membro  
Universidade Federal do Amazonas

*Dedico à Deus.  
Por tudo o que tem feito...  
Por tudo o que vai fazer...*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecerei em todo o tempo a Deus pela vida inestimável de homens e mulheres com os quais tenho tido a honra de conhecer, conviver e construir projetos:

À preciosa família: Sebastião, Maria Antonia, Raimundo, Ruth, Regina, Rosangela, Rubem, Roberta,

Sebastião Filho, Fabrício e Nicolás;

Ao Professor Dr. Luiz Roberto, Orientador, por ter aceito minha proposta de trabalho e pela paciência dispensada

nesta empreitada;

Ao Professor Dr. Pery Teixeira pelas belas dicas e discussões iniciais;

Aos amigos, colegas de turma do PRODERE;

Ao PRODERE e à UFAM pela oportunidade de mais uma realização;

À FAPEAM pelo aporte financeiro na realização desta pós-graduação;

À todos.

## **Epigrafe**

*“Nossa vida está sempre de alguma forma mudando. Mudamos de escola ou de trabalho. Estamos sempre tentando mudar alguma coisa, nem que seja apenas o canal de TV.*

*Muitas imagens e sentimentos aparecem em nossa mente quando pensamos em pessoas saindo de um local e indo morar em outro. Muitos de nossos avós ou bisavós vieram da Europa, África, Japão ou outras regiões. Eles trouxeram crenças e tradições de seus locais de origem e enriqueceram a nossa própria vida com elas.”*

Andre Braz Golgher

## RESUMO

Historicamente, a migração tem desempenhado um papel importante na configuração regional da civilização humana. Causas diversas como, a insuficiência de postos de trabalho para absorver a mão-de-obra; estagnação econômica por conta da perda de dinamismo em determinadas áreas; redução de investimentos na saúde, educação, segurança; motivações familiares, dentre outros fatores de expulsão, têm contribuído no decorrer do tempo para que correntes migratórias se formem. Com o intuito de investigar a relação entre as variáveis relacionadas ao estudo adotou-se uma postura analítica, auxiliado por métodos não-paramétricos, como são os casos do Shift-Share e Análise de Agrupamento, e por conta do método paramétrico, utilizou-se a análise de Painel Estático, ou seja, o *Pooling*. Como consequência da influencia que a urbanização exerce sobre as áreas rurais, verifica-se que os municípios em estudo apresentam as características inerentes ao fenômeno de desruralização que ocorre a partir da década de 1930, quando o país experimenta sua inserção no processo de industrialização. Enfim, os dados tratados neste estudo evidenciaram que a migração responde ao movimento econômico quando se destacam que nos lugares onde há forte absorção de mão-de-obra, há também o acompanhamento dos níveis populacionais elevados. Então neste caso a migração é um coadjuvante importante no processo de crescimento econômico.

**Palavras-chave:** migração, industrialização e emprego.

## **ABSTRACT**

Historically, the migration has been playing an important part in the regional configuration of the human civilization. Several causes as, the inadequacy of workstations to absorb the labor; economical stagnation due to the dynamism loss in certain areas; reduction of investments in the health, education, safety; family motivations, among other expulsion factors, they have been contributing in elapsing of the time so that migratory currents are formed. With the intention of investigating the relationship among the variables related to the study an analytical posture was adopted, aided by methods no-parametric, as they are the cases of Shift-Share and Analysis of Grouping, and due to the parametric method, the analysis of Static Panel was used, in other words, Pooling. As a consequence of it influences her that the urbanization exercises on the rural areas, it is verified that the municipal districts in study present the inherent characteristics to the *desruralização* phenomenon that happens starting from the decade of 1930, when the country tries his/her insert in the industrialization process. Finally, the data treaties in this study evidenced that the migration answers to the economical movement when they stand out that in the places where there is fort labor absorption, there is also the attendance of the high population levels. Then in this case the migration is an important accomplice in the process of economical growth.

Word-key: migration, industrialization and job.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População nas Macrorregiões brasileiras .....	17
Tabela 2 – População nos Estados da Região Norte .....	17
Tabela 3 - Região Norte: Emprego formal por setor de atividade.....	18
Tabela 4 - Brasil e Região Norte: número de municípios .....	31
Tabela 5- Brasil e Regiões: Taxa média anual de crescimento da população residente. ....	32
Tabela 6 – Proporção de Imigração interestadual segundo as grandes regiões de origem .....	33
Tabela 7 – Região Norte: Índice de exclusão social nas capitais. ....	39
Tabela 8 – Região Norte: população residente nos Estados e Capitais.....	40
Tabela 9 – Região Norte: Transferências governamentais para os estados e municípios .....	44
Tabela 10 – Região Norte: Transferências governamentais para os estados e municípios. ....	45
Tabela 11 – Região Norte: Transferências governamentais - FUNDEF.....	46
Tabela 12 – Brasil e Região Norte: população infantil e juvenil.....	47
Tabela 13 – Região Norte: empregos gerados nos setores por Estado .....	48
Tabela 14 – Região Norte: entradas e saídas segundo unidades de federação .....	49
Tabela 15 – Região Norte: entradas, saídas e saldo migratório segundo unid. de federação..	51
Tabela 16 - Região Norte: entradas, saídas e saldo migratório por domicílio.....	52
Tabela 17- Região Norte: emprego formal nas capitais .....	53
Tabela 18 – Amazonas, Pará e Rondonia: evolução do emprego. ....	57
Tabela 19 – Brasil e Regiões: Indicadores selecionados.....	59
Tabela 20 – PIB dos municípios a preços constantes de 2000.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPITULO 1</b>	
<b>ESTOQUE DE EMPREGO E MIGRAÇÃO NA AMAZONIA .....</b>	<b>14</b>
1.1. MIGRAÇÃO NA AMAZONIA: CONSIDERAÇÕES.....	14
<b>CAPITULO 2</b>	
<b>METODOLOGIA DE ANÁLISE .....</b>	<b>21</b>
2.1 PROCEDIMENTOS GERAIS .....	21
2.2 MÉTODO SHIFT-SHARE .....	22
2.3 ANÁLISE DE AGRUPAMENTO .....	24
2.4 PAINEL ESTÁTICO.....	25
2.5 LOCAL ABRANGENCIA DO ESTUDO E DADOS ESTATÍSTICOS .....	27
<b>CAPITULO 3</b>	
<b>MUTAÇÕES ECONOMICAS E QUADRO DEMOGRÁFICO DA REGIÃO NORTE: UMA BREVE ANÁLISE .....</b>	<b>28</b>
3.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E MIGRAÇÃO NO NORTE BRASILEIRO	28
3.2 IMPLICAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS DA MIGRAÇÃO .....	32
3.3 EXCLUSAO SOCIAL NAS CAPITAIS DA REGIAO NORTE	36
<b>CAPITULO 4</b>	
<b>RESULTADOS E DISCUSOES .....</b>	<b>42</b>
4.1 TRANSFERENCIAS GOVERNAMENTAIS, EMPREGO E MIGRACAO	42
4.2 GERAÇÃO DE EMPREGOS E MOBILIDADE POPULACIONAL	48
4.3 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO E PRODUTO SOCIAL	52
4.4 A CORRELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO RESIDENTE E PRODUTO	61
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>70</b>

## INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorrem na estrutura populacional de uma região não resultam apenas da diferença entre morte e nascimento dos habitantes, mas, estão também associadas ao fenômeno da migração. Em seu aspecto mais restrito, a migração, geralmente é motivada por fatores econômicos ou sociais e até psicológico.

Historicamente, a migração tem desempenhado um papel importante na configuração regional da civilização humana. Causas diversas como, a insuficiência de postos de trabalho para absorver a mão-de-obra; estagnação econômica por conta da perda de dinamismo em determinadas áreas; redução de investimentos na saúde, educação, segurança; motivações familiares, dentre outros fatores de expulsão, têm contribuído no decorrer do tempo para que correntes migratórias se formem.

Fluxos migratórios diversos fazem parte da história do Brasil. Significa que a migração tem um papel destacado no desenvolvimento dos vários ciclos econômicos experimentados pela economia brasileira. Os ciclos da cana-de-açúcar, no nordeste, do ouro e do café no sudeste foram responsáveis pelo deslocamento de população das mais distantes localidades.

A industrialização, por sua vez foi um fenômeno que fomentou e acelerou o processo de urbanização no Brasil (iniciado no Sudeste, na cidade de São Paulo), e intensificou o êxodo rural, caracterizado pelo esvaziamento populacional do campo em larga escala. Certamente, a mobilidade de pessoas tem uma combinação de fatores, no entanto, as fontes econômicas predominaram. Assim, a variedade de demanda de trabalho em áreas urbanas tem engrossado as fileiras migratórias formadas por populações ávidas por colocação no mercado de trabalho.

Desta forma, há uma interação entre os fenômenos migração, urbanização e emprego, o que tem contribuído para que este assunto figure como tema de diversos estudos voltados ao cenário das regiões brasileiras. Em sentido amplo, a urbanização concretiza-se por uma sucessão de movimentos migratórios, que ressaltam a persistência humana em melhorar de vida.

A intensidade das migrações, sendo motivada ou não por fatores econômicos, de qualquer maneira implica na elevação de gastos governamentais disponíveis para o atendimento das demandas sociais, tanto da população residente, quanto da migrante. Isso também gera oportunidades de empregos e renda, o que leva a atrair mais pessoas para aquele ponto de espaço. Em algumas cidades da região Norte, na segunda metade do Século XX, o processo migratório foi intenso, de modo que pequenos núcleos habitacionais transformaram-se em cidades de pequeno e de médio porte, enquanto que capitais transformaram-se metrópoles, como foi o caso de Manaus e Belém.

Neste sentido, o presente trabalho consiste em estudar o crescimento do estoque do emprego formal *vis-à-vis* o crescimento do fluxo migratório de população humana em municípios selecionados da região Norte do Brasil, no período 1995-2005. Na seleção dos municípios, adotou-se o critério das dez cidades mais populosas e com maior participação no PIB regional.

Este estudo está dividido em quatro capítulos, além desta introdução. O capítulo I apresenta um retrospecto histórico da migração na Amazônia, evidenciando pontos importantes deste contexto, bem como expõe o problema da pesquisa proposto.

No Capítulo II entra-se com a infra-estrutura de análise baseando-se na aplicação de Análise de Agrupamento, que possibilita agrupar municípios com as mesmas características em uma trajetória evolutiva. Além disto, na mensuração do crescimento do emprego por município aplicou-se o método Shift-Share, enquanto no estudo da correlação entre emprego e produto por municípios selecionados recorreu-se a análise de *Pooling*. Resultou que, nas cidades onde os gastos públicos se apresentaram maiores, bem como o crescimento do produto social e por conta disto o emprego do fator trabalho, o processo migratório foi mais intenso.

O Capítulo III estuda o comportamento do fluxo migratório de população humana em cidades selecionadas da Região Norte, e sua correlação com a ampliação da urbanização dos locais de destino. Além disso, traça o seu quadro econômico-social dos locais receptores desse fluxo.

*O Capítulo IV trata dos resultados e discussões, na tentativa de responder aos objetivos deste estudo. Com este propósito, o capítulo traz importantes discussões em torno da relação entre transferências governamentais e geração de empregos como um dos fatores explicativos ao crescimento do fluxo migratório de pessoas em alguns municípios nortista. Assim, na primeira seção, a ênfase recai sobre a evolução das transferências intergovernamentais e a geração de empregos formais, como também aponta os setores que mais demandam trabalho na economia nortista. Na segunda, trata-se da evolução do produto e da renda per capita, na tentativa de justificar a concentração populacional nos municípios em estudo. Por fim, a terceira dá conta do crescimento migratório e sua relação com fatores*

*exclusivamente econômicos. Portanto, com base nos objetivos propostos este capítulo apresenta os resultados e as discussões deste estudo, e por fim, a conclusão.*

## **CAPITULO 1**

### **ESTOQUE DE EMPREGO E MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA**

Neste capítulo foram estabelecidas as bases conceituais para a compreensão das análises apresentadas no trabalho. Desta forma, estabeleceu-se a abordagem da migração na Amazônia versus o crescimento do estoque dos empregos formais gerados considerando a população residente no período estudado, detalhando-a por estados. Finaliza-se destacando os objetivos do estudo na tentativa de respondê-los, posteriormente, nos Resultados e Discussões.

#### **1.1 MIGRACAO NA AMAZONIA: CONSIDERAÇÕES**

No Brasil, historicamente a região Sudeste destaca-se na absorção de grandes correntes migratórias originárias em sua grande maioria da região Nordeste. No processo de industrialização do país, a região Sudeste tem desempenhado um papel de pólo atrativo de correntes migratórias, posto que assumiu a posição de Região mais industrializada, desde do final da primeira metade do Século XX. Conforme Martine (1994), no período 1970/1980, a região Sudeste apresentou relevante crescimento nas suas áreas urbanas em função da oferta de oportunidades econômicas geradas por conta da industrialização. Resultou que o estado de São Paulo concentrou parcela significativa dos esforços econômicos.

A dinâmica dos movimentos migratórios revela, freqüentemente, uma estreita relação com o crescimento econômico. Sempre que uma economia de uma região experimenta períodos de crescimento do produto social, sem dúvida, surge uma demanda por mão-de-obra

que deveria ser amplamente atendida pelo próprio crescimento natural da população da própria região. Contudo, muitas vezes essa demanda termina por ser atendida por outras economias em seu entorno, de modo que leva a mobilidade do fator trabalho e do fator capital entre as regiões. Nesta perspectiva verifica-se que, uma das lógicas da existência do fenômeno da migração humana convergindo para determinados pontos do espaço, está na possibilidade da atenção governamental a população, como um todo, de modo que são duas variáveis que tendem a aumentar na mesma direção.

Importa ressaltar que as economias sempre crescem ao longo do tempo, no entanto, a expansão da capacidade produtiva nem sempre se traduz em maior absorção da mão-de-obra desocupada, ou seja, não consegue gerar empregos suficientes para absorver parcela jovem e importante da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontra desocupada. Por conta desse desequilíbrio estrutural surgem os crônicos problemas de desempregos, além de outros problemas sociais.

A Amazônia não foge à regra, posto que a primeira corrente migratória de maior intensidade em direção a Região deu-se com a Transumância Amazônica, que marca a forte adesão de nordestinos ao processo migratório, no período áureo da borracha (Furtado, 1959). A economia da borracha facultou às elites do Amazonas e do Grão-Pará uma aproximação social e cultural com a Europa, já de muito cultivada; orgulhava-se da riqueza promovida pela floresta. Era um salto qualitativo para aqueles que, há pouco mais de três décadas, queixavam-se do isolamento e clamavam pelo comércio entre os povos, (Daou, 2000).

Apesar do declínio econômico da economia gomífera, nas duas primeiras décadas do Século XX, os contingentes humanos continuaram sendo atraídos pela oferta de recursos naturais da Amazônia, haja vista que o Governo Federal passou se fazer mais presente . Assim, para as regiões Norte e Centro-Oeste, a partir da década de 1960, ocorreram grandes fluxos populacionais por conta da expansão da malha rodoviária federal que resultou na



construção das rodovias, como por exemplo, a Belém-Brasília. Esta representou um marco importante na integração econômica da região Norte ao país como um todo.

Na década dos anos 1970, as migrações internas persistiram tendo também como principal mentor, o Governo Federal com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), de forma que permitiu o acesso rodoviário do Norte ao Centro-Sul do país. O Programa contemplou a construção da rodovia Transamazônica e a rodovia Cuiabá-Santarém, projeto de colonização e reforma agrária que visava fixar os imigrantes em uma faixa de 10Km ao longo dessas rodovias. Surgiram projetos agropecuários e de mineração, incentivados pela SUDAM, de modo que abria possibilidades para a aquisição de terras produtivas. Isto trouxe milhares de migrantes para essas regiões.

Nas décadas de 1980 e 1990, novas configurações passaram a predominar na dinâmica da mobilidade da população brasileira. Assim, verifica-se uma diminuição da migração interna rumo ao Sudeste, nomeadamente para as cidades de São Paulo, decorrente do aumento das migrações intra-regionais em outras direções.

As novas configurações migratórias justificam-se, sobretudo, por meio da desconcentração populacional que ocorre nas metrópoles brasileiras. Resultou disso que as cidades de médio porte passam a atrair contingentes populacionais em maior escala (Rocha, 2006).

A Tabela 1 reúne em valores absolutos a evolução da população urbana e rural brasileira por macrorregiões, no período de 1970-2000. No entanto, no período 1970/1980, enquanto a população urbana do país aumentava em termos absoluto o equivalente a 164,7% a população nortista urbana, ultrapassou 455%. Estes dados evidenciam que a área urbana da Região Norte atuou com poder de sucção, atraindo populações sobre os diversos pontos do país.

**Tabela 1**  
**População nas macrorregiões brasileiras**

	População Urbana				População Rural			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
<b>Brasil</b>	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.925.238	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618
<b>Norte</b>	1.626.275	3.036.264	5.922.574	9.027.976	1.977.404	2.844.442	4.107.982	3.883.194
<b>Nordeste</b>	11.756.451	17.568.001	25.776.279	32.959.960	16.355.100	17.247.438	16.721.261	14.822.527
<b>Sudeste</b>	28.969.932	42.841.793	55.225.983	65.528.444	10.880.832	8.895.355	7.514.418	6.901.749
<b>Sul</b>	7.305.650	11.876.780	16.403.032	20.318.991	9.190.672	7.155.210	5.726.345	4.791.358
<b>Centro-Oeste</b>	2.438.952	5.114.489	7.663.122	10.089.868	2.633.578	2.431.280	1.764.479	1.548.790

**Fonte:** Censo Demográfico 1970 a 2000.

Não obstante, contraditoriamente às demais regiões do país, a região Norte foi a única a apresentar um crescimento populacional significativo tanto na área urbana como na área rural (conforme mostra a Tabela 1). No período 1970/1991 a população rural aumentou em 107,7%, apresentando leve sinal de declínio no período 1991/2000. A expansão da fronteira agrícola para os estados da Região contribuiu, sobretudo, para este resultado. Isto é uma indicação do fechamento da fronteira ocorrida no final da década dos anos 1980, uma vez que os pequenos núcleos urbanos foram se emancipando, e transformando-se em novos municípios.

**Tabela 2**  
**População nos Estados da Região Norte**

	População Urbana				População Rural			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
<b>Rondônia</b>	59.607	228.168	659.327	884.785	51.457	262.857	473.365	496.167
<b>Acre</b>	59.439	131.930	258.520	371.223	155.860	169.346	159.198	186.659
<b>Amazonas</b>	406.052	856.716	1.502.754	2.111.246	549.151	573.812	600.489	706.006
<b>Roraima</b>	17.582	48.738	140.818	247.810	23.303	30.383	76.765	76.587
<b>Pará</b>	1.021.195	1.666.993	2.596.388	4.122.101	1.145.803	1.736.505	2.353.672	2.073.864
<b>Amapá</b>	62.400	103.719	234.131	427.058	51.830	71.539	55.266	49.974
<b>Tocantins</b>	-	-	530.636	863.752	-	-	389.227	293.938
<b>Brasil</b>	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.925.238	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618

**Fonte:** Censo Demográfico 1970 a 2000.

É importante observar que o aumento populacional nos estados da região Norte (Tabela 2) não se dá de forma homogênea, mas ocorre de forma diferenciada e concentrada com maior expressão em alguns pontos nodais. Nestes espaços as forças centrípetas predominam sobre as forças centrífugas por conta de uma combinação de fatores existentes em alguns municípios, tais como: possibilidade de conseguir um emprego, oferta de serviços públicos como saúde, educação, segurança e diversão cultural.

A Tabela 3 ressalta a evolução do estoque de emprego formal na região Norte, no período 1995-2004. O emprego passou de 910.152 para 1.529.195, ou seja, aumentou em 168%. Indústria de Transformação, Comércio, Serviços e Administração foram os segmentos que destacaram na geração de empregos. Na Indústria de Transformação, o estoque de empregos passou de 122.933, em 1995, para 217.179, em 2004, isto é, houve um acréscimo de 94.246 empregos. Significa que, em média, criaram-se 9.424,6 empregos, ao ano. Parcela desses empregos podem ter sido criados em Manaus em função da expansão de sua indústria de transformação.

**Tabela 3**  
**Região Norte – Evolução do Emprego Formal por setores**

SETORES	1995	2004	Δ	%
Extrativa Mineral	6.201	7.595	1.394	22,5
Indústria de Transformação	122.933	217.179	94.246	76,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	23.529	16.485	-7.044	70,1
Construção Civil	33.743	59.394	25.651	76,0
Comércio	103.900	253.400	149.500	43,9
Serviços	236.116	336.923	100.807	42,7
Administração Pública	347.044	586.302	239.258	68,9
Agropecuária	19.069	51.917	32.848	72,3
Outros	17.617	0	-17.617	0
<b>TOTAL</b>	<b>910.152</b>	<b>1.529.195</b>	<b>619.043</b>	<b>68</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Anuário RAIS (2007).

A cidade de Manaus, por conta do Pólo Industrial de Manaus (PIM), localizado no estado do Amazonas, implantado em 1967, tem configurado como uma região industrial propulsora do crescimento econômico, de tal ordem que atraiu elevado contingente

populacional. Pois, a cidade reúne em um espaço aglomerativo alguns elementos de atração e ao mesmo tempo de crescimento da economia. Indústria, comércio em expansão, serviços, Centro Universitários e Universidade. Belém, Porto Velho ou algumas cidades de médio porte são outros exemplos.

A Tabela 3, acentua que o Comércio Varejista, também, demandou 149.500 novos postos de trabalho, no acumulado. Enquanto, o setor de Serviços empregou 236.116 em 1995, apresentando uma variação de 42,7% em 2004. Na Administração Pública, entre 1995 e 2004, um montante de 239.258 servidores públicos, o que equivale a 68,9% em relação a 1995.

Historicamente as temáticas da urbanização, da migração e do emprego, têm suscitado a produção de uma rica literatura mostrando que esses fenômenos têm estreita relação nas regiões brasileiras. A busca por melhores condições de vida não deixa de ser um motivo importante nesse processo (Martins, 2006), o que ocasiona uma reflexão da incansável busca do atendimento das demandas sociais do ser humano.

Na tentativa de elucidar essa problematização, portanto, o objetivo deste estudo consiste em estudar o crescimento do estoque do emprego formal vis-à-vis o crescimento do fluxo migratório de população humana em municípios selecionados da região Norte do Brasil, no período 1995-2005. Em caráter específico pretende-se:

(a) analisar a evolução dos gastos públicos em demandas sociais nos próprios municípios selecionados, e

(b) analisar o crescimento populacional e sua relação com o incremento do estoque de emprego formal nos setores básicos da economia, tais como: Administração Pública, Comércio, Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Serviços, entre outros.

Enfim, este estudo não constitui uma proposta de política de desenvolvimento regional com foco na geração de emprego e renda, mas caracteriza-se em ser uma análise de um

tradicional determinante da migração pouco estudado na região Norte, ou seja, o emprego e gastos públicos. Esta análise poderá servir de referencia para outros estudos empíricos, bem como para subsidiar políticas de desenvolvimento governamental.

## **CAPITULO 2**

### **METODOLOGIA DE ANÁLISE**

Este capítulo trata de discutir sumariamente o papel relegado à demografia no âmbito da noção de desenvolvimento econômico, bem como das razões clássicas que levam as pessoas migrarem entre os espaços geográficos no interior de uma determinada região (intra-regional) e entre regiões (inter-regional) de um país. Além disso, na segunda seção, entra-se com a infra-estrutura analítica, ou seja, a metodologia na tentativa de responder o problema central deste estudo, tratado no capítulo 1.

#### **2.1 PROCEDIMENTOS GERAIS**

Primeiramente busca-se fazer uma seleção bibliográfica e levantamento de dados estatísticos referentes aos fluxos migratórios ocorridos no período 1995-2000, em direção aos municípios selecionados na região Norte. Para tanto, utiliza-se de estudos previamente realizados sobre migração, no sentido de criar subsídios para outras discussões que este estudo requer. Por exemplo, com base nesses estudos espera-se estabelecer uma relação entre geração de empregos e migração nos diversos setores da economia, tais como: agricultura, comércio, serviços, indústria de transformação, dentre outros.

Ainda, no sentido de dar resposta aos objetivos tratado no Capítulo 1, adotou-se, para isto uma postura analítica, auxiliado por métodos não-paramétricos , como são os casos do Shift-Share e Análise de Agrupamento, e por conta do método paramétrico, utilizou-se a análise de Painel Estático, ou seja, o *Pooling*.

## 2.2 MÉTODO SHIFT-SHARE

Como foram acentuadas as modificações no quadro demográfico da região Norte, devido ao surgimento de oportunidades econômicas, entre outras, de modo que o emprego tem apresentado ritmos de crescimento diferente, tanto setorial como regional. Para tanto, o *Método Shift-Share* pode dar conta de mensurar o comportamento do emprego setorial e por município, em um dado período específico.

De acordo com Nascimento, (2003), na sua forma original o método consiste em estimar a partir de um comportamento as diferenças entre o crescimento real (ou seja, aquele que existe de fato) e o crescimento teórico (aquele que a região deveria apresentar, caso crescesse a taxas semelhantes a do país como um todo) de uma variável comum na estrutura produtiva, em relação à zona de referencia.

Conforme Rodrigo Simões (2006), o método subdivide o crescimento do emprego regional em duas variações substantivas, a saber:

- 1) Variação estrutural: que representa o montante adicional, (positivo ou negativo) que determinada região poderá obter como resultante de sua composição estrutural, isto é, a participação relativa de setores dinâmicos ou não na sua estrutura produtiva. Regiões especializadas em setores dinâmicos terão uma variação estrutural positiva e vice-versa.
- 2) Variação diferencial: que indica o montante positivo (ou negativo) que a região j conseguirá porque a taxa de crescimento em determinado (s) setor (es) será maior ou menor nesta região do que na média nacional. O efeito diferencial indica, desta forma as (des) vantagens locais da região em termos globais qualificando os múltiplos fatores específicos da região, salientando o ritmo de crescimento regional no espaço econômico global.

Nesse sentido, Nascimento, (2002), informa que o método considera uma região (j) e um setor (i). Assim tem-se:

$$VLT_{ij} = (E_{ij}^1 - E_{ij}) - E_{ij}^0 (a_{tt} - 1) \quad (1)$$

$$VLP_{ij} = E_{ij}^0 (a_{lj} - a_{tt}) \quad (2)$$

$$VLD_{ij} = E_{ij}^0 (a_{ij} - a_{it}) \quad (3)$$

Sendo:

$E_{ij}^1$  = variável E (emprego ou outra variável sob consideração, como por exemplo o VTI) no fim do período para o setor i, região j;

$E_{ij}^0$  = variável E no ano base para o setor i, região j;

$E_{ij}^1 / E_{ij}^0 = a_{ij}$ , crescimento da variável E no setor i, região j;

$E_{ij}^1 / E_{it}^0 = a_{it}$  crescimento da variável E no setor i, no país;

$E_{tt}^1 / E_{tt}^0 = a_{tt}$  crescimento da variável E no setor i, no país.

A somatória do i mostra os valores do total da região de forma simplificada:

$$VLT = VLP + VLD \quad (4)$$

Na análise dos autores (Nascimento (2002), Simões (2006)), as vantagens do método consiste na utilização de dados secundários, adoção de cálculos simples na construção das matrizes de informações. O método permite, (Nascimento, 2002) a comparação entre os padrões de crescimento dos setores nas distintas regiões a partir do uso de fatores de produção que operam de forma equilibrada no contexto estadual e regional. Enfim, essa técnica é um ótimo instrumento de sistematização de informação, capaz de indicar pistas para estudos mais aprofundados setorialmente, ou até mesmo para indicação de políticas de desenvolvimento regional.



### 2.3. ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OU *CLUSTERS*

Com o objetivo de extrair características similares entre municípios, a partir daí formar grupos, usa-se a metodologia de Análise de Agrupamento ou comumente conhecida como *Cluster*. O método agrupa dados de uma amostra ou de uma população com características semelhantes, a partir de uma ou mais variáveis selecionadas (MINGOTE, 2005). De acordo com Brochado, (2002), o processo de análise de clusters compreende quatro etapas:

1. seleção dos objetos (unidades territoriais) ou de uma amostra;
2. definição de um conjunto de variáveis a partir das quais será obtida a informação necessária para o agrupamento dos objetos;
3. escolha de um método de agrupamento;
4. validação de resultados e interpretação da solução.

As técnicas de aglomeração ou clusters são freqüentemente classificadas em dois tipos: técnicas hierárquicas e não hierárquicas. As hierárquicas são classificadas em aglomerativas e divisivas. Na maioria das vezes, são utilizadas em análises exploratórias de dados com o intuito de identificar possíveis agrupamentos e o valor provável do número de grupos  $g$ . Já para o uso das técnicas não-hierárquicas é necessário que o valor do número de grupos esteja pré-estabelecido pelo pesquisador, (MINGOTE, 2005). Enfim, nesta análise usam-se como dados o estoque de emprego, produto social (PIB) e população.

### 2.4. PAINEL ESTÁTICO OU *POOLING*

No sentido de reforçar as análises, toma-se para este fim técnicas paramétricas para medir o grau de associação entre população e estoque de emprego por municípios. Para tanto,

utiliza-se a análise de Dados de Painel ou Pooling. É um processo de estimação de parâmetro que consiste em aplicar os modelos econômicos aos dados de natureza *cross-section* e de sucessão cronológica. Usamos dados relacionados a indivíduos, famílias, unidades de produção ou países para um dado número de observações temporais. Estas bases constituem, em geral, uma maior variabilidade de valores que os constantes de simples séries *cross-section* ou sucessões cronológicas, pelo que permitir a obtenção de estimadores mais eficientes. Por outro lado, o estudo em painel permite resolver o problema da reduzida dimensão temporal das nossas amostras, para além de possibilitar um melhor conhecimento da heterogeneidade individual, (ANDRADE, 2004).

Uma das vantagens da estimação com dados em painel segundo Andrade, (2004) é a revelação da heterogeneidade individual. Assim, os dados em painel sugerem a existência de características diferenciadoras dos indivíduos, entendidos como “unidade estatística de base”. Essas características podem ou não ser constantes ao longo do tempo, de tal forma que estudos temporais ou seccionais que não tenham em conta tal heterogeneidade produzirão, quase sempre, resultados fortemente enviesados. Por outro lado, os dados em painel providenciam uma maior quantidade de informação, maior variabilidade dos dados, menor colinearidade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência na estimação. A inclusão da dimensão seccional, num estudo temporal agregado, confere uma maior variabilidade aos dados, na medida em que a utilização de dados agregados resulta em séries mais suaves do que as séries individuais que lhes servem de base. Esse aumento na variabilidade dos dados contribui para a redução da eventual colinearidade existente entre variáveis, particularmente em modelos com defasamentos distribuídos. Adicionalmente, os estudos com amostras longitudinais facilitam uma análise mais eficiente das dinâmicas de ajustamento: os estudos seccionais, ao não contemplarem a possibilidade de a realidade de suporte ser dinâmica, transmitem uma falsa idéia de estabilidade. Assim, a utilização de dados

em painel permite conjugar a diversidade de comportamentos individuais, com a existência de dinâmicas de ajustamento, ainda que potencialmente distintas. Ou seja, permite tipificar as respostas de diferentes indivíduos a determinados acontecimentos, em diferentes momentos.

Por outro lado, a maior quantidade de informação disponível aumenta a eficiência da estimação. Ou seja, os dados em painel permitem identificar e medir efeitos que não serão pura e simplesmente detectáveis em estudos exclusivamente seccionais ou temporais, bem como construir e testar modelos comportamentais complexos, nomeadamente recorrendo a modelos com desfasamentos distribuídos com poucas restrições.

Desta forma tem-se a seguinte equação em Pooling, segundo Andrade (2004):

$$y = X' .\beta + \varepsilon \quad (1)$$

Então:

$$y_{it} = X' .\beta + Z' .\alpha_i + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde temos N indivíduos e T períodos.

A partir deste modelo (equação (2)) definimos as diferentes hipóteses de estudo conseqüentes a junção de dados.

\_ Quando  $Z'$  contém apenas um termo constante, os m.q.o. conduzem a estimadores convergentes e eficientes.

\_ Se  $Z'_{it}$  for constituído por variáveis não observáveis, mas correlacionadas com  $X'_{it}$ , o estimador de m.q.o. de  $\beta$  é enviesado e não convergente (equivalente a situação de variável omitida). Neste caso podemos ter um modelo com  $\alpha_i = X'_i . \alpha$ , onde impomos que aquele  $\alpha$  agrupa todos os efeitos individuais e representa uma média condicionada.

Assim, levantaram-se os dados aplicou-se um Pooling. Os dados utilizados pelo modelo são de diversas naturezas, como por exemplo: dados relacionados a indivíduos, famílias, unidades de produção ou até mesmo países para um dado número de observações

temporais. Estas bases constituem em geral, uma maior variabilidade de valores que os constantes de simples séries cross-section ou Painel de dados de sucessões cronológicas, pelo que permitirão a obtenção de estimadores mais eficientes, (ANDRADE, 2004).

O Painel permite resolver o problema da reduzida dimensão temporal das nossas amostras, para além de possibilitar um melhor conhecimento da heterogeneidade individual, (ANDRADE, 2004). Esta característica, segundo Nonnemberg e Mendonça, (2004), é o que torna interessante a utilização do modelo, por que este permite levar em consideração as características idiossincráticas.

## 2.5 LOCAL DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO E DADOS ESTATÍSTICOS

O local compreendido pelo estudo abrange municípios da Região Norte, em sua maioria as capitais dos estados. Há casos isolados como o da microrregião Sudeste do Pará, onde se presencia uma evolução econômica considerável por estes municípios em contrapartida a uma perda de dinamismo econômico e, conseqüentemente, perda de população pela capital Belém.

Cabe ressaltar que a massa de dados para operacionalização dos modelos recai sobre o estoque populacional, estoque de população residente e migrante produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto ao estoque de empregos gerados pode ser encontrado na Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). Por sua vez o volume de gastos públicos por municípios serão colhidos no Boletim do Banco Central do Brasil, Tribunal de Contas da União (TCU), dentre outros.

## **CAPITULO 3**

### **MUTAÇÕES ECONOMICAS E QUADRO DEMOGRÁFICO DA REGIAO NORTE: UMA BREVE ANÁLISE**

Este capítulo estuda o comportamento do fluxo migratório de população humana em cidades selecionadas da Região Norte, e sua correlação com a ampliação da urbanização dos locais de destino. Além disso, traça o seu quadro econômico-social dos locais receptores desse fluxo.

Desse modo a primeira seção cuida da discussão da mobilidade da força de trabalho, enquanto a segunda seção limita-se a caracterizar a situação econômico-social das famílias nas capitais nortistas.

#### **3.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E MIGRAÇÃO POPULACIONAL NO NORTE BRASILEIRO**

O crescimento populacional de uma região ou de um país deve-se a uma combinação de três fatores básicos: a mortalidade, a natalidade e o saldo migratório. O fenômeno migratório no Brasil experimentou diversas fases. Enquanto processo social, esteve fortemente marcado pelas modificações sociais de cada período. Teve sua fase pré-capitalista na qual predominou o deslocamento de mão-de-obra não assalariada, principalmente a escrava vinda de países africanos e de populações indígenas do Brasil. Depois, experimentou as diversas transformações nos modelos de acumulação de capital, suas crises e revigoração. Ao longo dessas fases, sem dúvida, contribuiu de forma decisiva na

construção de novos espaços, incremento demográfico, miscigenação, diversificação cultural e consolidação do território, (OLIVEIRA, 2006).

As migrações são caracterizadas por “forças de expulsão” que procuram dar conta dos motivos que levam as pessoas a abandonar sua região de origem e, por outro, as “forças de atração” que explicam a escolha da Região de destino, ou seja, do novo local de residência dos migrantes, (GRIMAUD, 2007).

As forças ou fatores de expulsão que levam às migrações, de acordo com SINGER (1976) são de duas ordens: o primeiro está relacionado aos fatores de mudança que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados parceiros e outros agricultores não-proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e do nível de emprego. Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudança de técnica e, em conseqüência, aumento da produtividade do trabalho. Esses fatores provocam um fluxo maciço de emigração que reduz o tamanho da população rural. O segundo diz respeito aos fatores de estagnação que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável, como pela monopolização de grande parte da mesma pelos proprietários (exemplo dos estados de Rondônia e Pará). Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores rurais em estado de subsistência auferirem maior produtividade da terra. Esses fatores levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente. Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam.

O tamanho da população e seu crescimento tem sido foco de múltiplos estudos devido a sua estreita relação com fatores sócio-econômicos como por exemplo a geração de emprego, o crescimento da produção física, eficiência na aplicação de seguridade social e o bem-estar. É notório, por exemplo, que quando a população de uma região cresce mais rapidamente de que o produto social total, sem dúvida, o resultado inclina-se para uma redução do produto per capita, de modo que a população ficará mais empobrecida, ou seja, com menos recursos para cobrir suas necessidades básicas.

Uma preocupação recente, especialmente nos países desenvolvidos tem sido a imposição de barreiras legais duras quanto ao incremento da migração internacional. Além disso, houve outras mudanças demográficas acentuadas de maior preocupação para os governos pela rapidez e intensidade com que se sucederam. Estes são o alargamento da esperança de vida e o declínio das taxas de fecundidade.

No Brasil, as tendências demográficas que vem ocorrendo nas economias centrais tem se manifestado nas Regiões Sul e Sudeste. No entanto, na Região Norte as mudanças demográficas que ocorreram com maior intensidade nas três últimas décadas do século passado são protagonizadas por diversas índoles, porém destacaram-se entre eles, a evolução econômica do país como um todo. Não é redundante dizer que o crescimento econômico experimentado pela Região Norte a partir da penetração acentuada do Governo Federal e do surgimento de vários municípios que passaram a receber recursos constitucionais são os fatores atrativos da migração intra-regional.

O Censo de 2000 registrou um total de 449 municípios na Região Norte. Muitos destes foram o destino de milhares de famílias que buscavam emprego, de um pedaço de terra para cultivar e criar. Enfim, buscavam oportunidades econômicas e sociais, uma vez que a Região vinha experimentando um exitoso crescimento econômico.

**Tabela 4**

**Brasil e Região Norte: Número de municípios e população residente - 2000**

<i>Estratos</i>	<i>Intervalo de variação de cada estrato (habitantes)</i>	<i>Número de municípios</i>	<i>População</i>	<i>Proporção população urbana</i>
1	Até 5.000	219	527.232	5,8
2	5.001 a 20.000	162	1.550.930	17,2
3	20.001 a 100.000	56	2.224.749	24,7
4	100.001 a 400.000	10	2.042.332	22,7
5	Mais de 400.000	2	2.669.122	29,6
<b>Total</b>		<b>449</b>	<b>9.014.365</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE.

A literatura especializada em demografia, comumente, faz alusão aos fatores de expulsão e de atração que movimentavam o quadro demográfico de uma região, no entanto, neste capítulo, a preocupação maior é com o segundo aspecto que levou as famílias migrarem para a Região Norte.

Um momento significativo no processo de ocupação nortista se dá por meio da Transumância Amazônica, caracterizada pela forte adesão dos nordestinos ao processo migratório da Região para a exploração e comercialização do látex, original da seringueira (*Hevea Brasiliensis*), encontrado em grande quantidade, disperso na floresta. A exploração expressa do produto gomífero contribuiu para a atração de correntes migratórias não apenas dos nordestinos, como também de população advinda das mais distantes localidades e regiões, consolidando um processo de grande expressão no contexto econômico de alguns estados da Região Norte, no âmbito nacional e internacional. No entanto, as sementes do látex foram levadas para a Malásia, onde passaram a ser plantadas, produzidas e exportadas em preços menores, contribuindo para a redução do nível de produção na Amazônia. Este fato determinou o fim de um período conhecido como “áureo”. Posteriormente, a produção foi retomada pelo patrocínio dos Estados Unidos em função da II Guerra Mundial, e após esta fase, houve novamente redução da produção.



A última etapa histórica de ocupação amazônica encontra espaço no Governo Militar, por meio de construção e abertura de estradas (malha rodoviária) e implementação de projetos de colonização no entorno da Transamazônica. O objetivo principal consistia em integrar a Região Norte ao mercado interno do país por meio da abertura das estradas, bem como amenizar o fluxo migratório destinado à Região Sudeste. A Tabela 5 mostra o crescimento anual deste período. Entre 1960/1970 a população residente da Região Norte cresceu em 3,47%; no período seguinte (1970/1980) há um crescimento acelerado em nível de 5%.

**Tabela 5**  
**Brasil e Regiões: Taxa média anual de crescimento da população residente 1900-2000**

	1900/1920	1920/1940	1940/1950	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Brasil	2,86	1,5	2,39	2,89	2,48	1,93	1,63
Norte	3,7	0,08	2,29	3,47	5,02	3,85*	2,9*
Nordeste	2,58	1,26	2,27	2,4	2,16	1,83	1,3
Sudeste	2,82	1,49	2,14	2,67	2,64	1,77	1,6
Sul	3,45	2,45	3,25	3,45	1,44	1,38	1,4
Centro-Oeste	3,61	2,56	3,41	5,6	4,05	3,01	2,4

Fonte: Censos Demográficos (\* excluindo o estado de Tocantins)

A ausência de projetos com foco nas reais necessidades da população local e valorização da característica natural da Região, foi detectada no final dos anos 1980, com o fracasso e abandono dos assentamentos e, conseqüentemente, cessação de ações desenvolvimentistas. Com o fracasso e ineficácia do projeto de integração/assentamento de pessoas sem terras no território nortista, esse ritmo se reduz pra 3,85% no período 1980/1991, e 2,9% entre 1991/2000.

### 3.2. IMPLICAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO NORTE.

O impulso a migrar do brasileiro é um fato histórico e faz parte da organização da sociedade e da produção do espaço nacional. O deslocamento da população da Região

Nordeste para a Região Norte tem sido motivo de investigação de diversos autores, uma vez que a migração dos nordestinos compõe um dos maiores fluxos migratórios do processo de produção do território nacional, (GOMES, 2006).

A ocupação populacional que ocorre na Região Norte, a partir do Plano de Desenvolvimento fomentado pelo Governo Federal se dá de forma rápida e de certa forma desorientada. Talvez a maior característica deste Plano tenha sido a ingerência do estado em formatar esta ocupação no espaço regional. Nos meados dos anos 1980 o Plano mostra-se inconsistente e distante das necessidades reais da Região, favorecendo para que os colonos esvaziassem as terras amazônicas e migrassem para áreas produtivas. Nesse sentido, a Tabela 6 disponibiliza informações importantes a respeito da origem dos migrantes com destino à Região Norte, em dois períodos estratégicos: de 1970/1980 e de 1980/1991.

**Tabela 6**  
**Região Norte: Proporção de imigração interestadual segundo as grandes regiões de origem 1970/1991**

Unidade de Federação	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste	
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
Acre	5,97	4,21	0,79	0,65	1,92	1,58	1,78	1,65	1,02	1,59
Amazonas	31,95	19,02	5,47	5,87	7,01	6,25	2,37	3,62	1,71	2,04
Amapá	17,77	11,60	0,83	1,35	0,53	0,80	0,16	0,39	0,15	0,34
Pará	15,34	30,87	67,99	59,56	38,74	25,28	16,22	11,90	45,60	25,15
Rondônia	19,03	16,25	5,02	11,82	43,15	56,79	77,12	77,08	47,56	41,95
Roraima	5,68	8,13	2,98	6,63	0,58	1,52	0,85	1,33	0,53	1,61
Tocantins	4,26	9,92	16,92	14,11	8,07	7,78	1,50	4,03	3,43	27,32

Fonte: Censos Demográficos, IBGE. In: Brasil, 2000.

O resultado de um deslocamento populacional produz de imediato, implicações sérias que são dignas de reflexão, uma vez que acarretam em maiores investimentos para a administração pública do local receptor de migração. O estado do Pará, por exemplo, nos períodos 1970/1980 e 1980/1991, recebeu 67,9% dos migrantes nordestinos no primeiro período e 59,5% no segundo. Um fluxo de migração deste nível resulta na absorção dos serviços públicos que em primeira instancia, deveriam atender à população residente do local

em questão (educação, saúde, etc.). Implica em uma sobrecarga na estrutura natural da administração da localidade.

Ao longo do século XX a Região Sudeste, sobretudo o estado de São Paulo, atuou como o “estado-locomotiva” do Brasil (POCHMANN, 2004). Esta região de certa forma era responsável pela integração nacional, e em última instância pelo desenvolvimento das demais Regiões do país. Dada à sua grande relevância *para* a economia nacional, esta região absorvia um fluxo intenso de migração interna. Não obstante, a partir do crescimento das Cidades de médio porte, as metrópoles (inclusive São Paulo) passaram a perder população, uma vez que estas desenvolveram importante papel absorvedor de correntes migratórias. Como resultado, a Região Sudeste de receptora passa a perder população, em larga escala, superando as demais regiões do país, (IBGE, 2004).

O fluxo migratório para a Região Norte originário da Sudeste se deu relativamente nos estados do Pará e de Rondônia. O Pará recebeu um fluxo inferior (38,7% em 1970/1980) reduzindo-se no período seguinte (25%). Em função desta avultada migração oriunda do Sudeste, há o exemplo clássico da cidade Paragominas, que recebeu este nome dado à relativa concentração populacional originada em sua maioria dos estados do próprio Pará, de Goiás e Minas Gerais.

O estado de Rondônia exerce uma atração populacional extraordinária sobre a Região Sul, que nos dois períodos analisados não há redução de migrantes para este estado, mantendo um nivelamento em 77%. Possivelmente, o fechamento da fronteira agrícola nesta região tenha colaborado para que os pequenos produtores migrassem para as terras rondonienses, dado à especialização (habilidade técnica para trabalhar a terra) com a agricultura. A análise das conseqüências da migração resulta, também, em um aspecto positivo.

Ao migrar, não apenas seus hábitos e cultura migram, mas também o conhecimento do migrante. A tecnologia que migrou com os sulistas de certa forma pode ter possibilitado a

utilização de técnicas modernas de produção aos espaços antes carentes desse tipo de modernização. Este fato pode sinalizar que em algum momento esta migração foi benéfica para a economia do local, (ALVES, 2005).

Pará e Rondônia são também os maiores receptores de migrantes da Região Centro-Oeste. O Pará apresenta significativa redução de migrantes do primeiro para o segundo período analisados. Rondônia, no entanto, consegue de igual maneira, manter um equilíbrio de migrantes (40%) nos dois períodos. A localização dos estados talvez possa ser uma das causas para esta influencia migratória, considerando que as rodovias contribuíram sobremaneira para que a mobilização populacional deslanchasse no interior dos estados da Região Norte, bem como ligá-los ao restante do país. Tocantins apresenta um caso peculiar: quando ainda pertencia à Região Centro-Oeste apresentou um fluxo migratório de 3,5% (1970/1980). No segundo período, esse fluxo se eleva para 27,3%. A construção da capital, Palmas, de alguma forma pode ter contribuído para este resultado.

O processo migratório intra-regional que ocorre no primeiro período destaca o estado do Amazonas como o maior receptor de migrantes (32%). A implantação da Zona Franca de Manaus (1967) praticamente determinou este resultado. No entanto, a maior caracterização de migração para este estado é que houve uma forte influencia da capital Manaus sobre os municípios do próprio estado. Parte da migração para o Estado, também ocorreu em função de mão-de-obra especializada para utilização do Pólo Industrial de Manaus (PIM). Manaus vem se caracterizando como um pólo industrial do gênero eletroeletrônico de importância nacional e, sem dúvida, a implantação da Zona Franca e do respectivo Distrito Industrial tem-se constituído importante fator de atração de fluxos migratórios, tanto de fora, como, principalmente do próprio interior do Estado, (MOURA, 1996). Como consequência, presencia-se uma cidade intensamente habitada, com tendência ao surgimento de

aglomerações em lugares com total ausência de infra-estrutura (favelas), problemas diversos são gerados neste contexto.

De acordo com Brasil e Santos (2006), parcela significativa da população Manauara mora em condições precárias, como são os casos da população de baixa renda que residem nas margens dos igarapés e rios da cidade em “palafitas” ou “flutuantes”, onde o saneamento básico é bastante deficiente. A cidade apresenta uma característica peculiar, apesar da grande infra-estrutura de esgotamento sanitário instalado durante o ciclo da borracha, no “período do fausto”, estes equipamentos não acompanharam a expansão urbana e o crescimento da cidade, de forma que, em 1996, apenas 2,0% dos domicílios estavam ligados à rede geral. Assim, a grande maioria das residências manauaras ainda dispõe de fossa séptica (53,0%).

### 3.3 EXCLUSÃO SOCIAL NAS CAPITAIS DOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE

O desenvolvimento econômico contempla, por uma visão sistêmica, não apenas a expansão da capacidade produtiva da economia de um país, desempenho do PIB (Produto Interno Bruto) e Produto *per capita*. Mesmo entendendo a importância destes indicadores, o desenvolvimento econômico transcende a esfera da economia e alcança o social. Contempla os resultados do bom desempenho da economia nos indivíduos da sociedade. Ou seja, um país economicamente desenvolvido terá em sua base indivíduos que disfrutem de direitos nivelados, independente de sua classe social. Estes indivíduos terão direito a educação cultural e intelectual com qualidade, moradias com segurança e saneamento aceitável, bem como oportunidades de inserção ao mercado de trabalho, que permitam o suprimento de suas necessidades fisiológicas etc. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva da mão-de-obra trazida pelas migrações. O desenvolvimento não somente

transforma a estrutura econômica como também ocasiona mudanças profundas na estrutura social, (SINGER, 1976).

O crescimento econômico pode ser compreendido pela expansão da capacidade produtiva da economia, envolvendo os fatores: acumulação de capital físico e humano, inovações tecnológicas e eficiente evolução da força de trabalho. Esta ineficiência gerada pelo crescimento econômico repercute na sociedade dando abertura à um processo comumente conhecido por “marginalidade”. O surgimento das populações marginais, em praticamente todas as cidades importantes da América Latina, tem levado muitos investigadores a encarar as migrações como um fenômeno social nefasto, cujas dimensões é preciso reduzir de modo a se poder começar a solucionar a problemática que elas suscitam, (SINGER, 1976).

A exclusão social é um tema que tem sido amplamente debatido nos últimos tempos. Destaca a urgência por respostas às demandas sociais que são reais. De acordo com Pochmann, (2003), o conceito surge da idéia de um grupo sem acesso a algum bem socialmente produzido. Por exemplo, uma parcela da população sem acesso à escola de qualidade ou a bons atendimentos de saúde, ou ao emprego formal e leis protetoras, ou à segurança pública, etc. Enfim, excluído da possibilidade de desfrutar de algum direito social básico.

O índice de exclusão social trabalha com sete variáveis: índice de pobreza; índice de emprego formal; índice de desigualdade; índice de alfabetização; índice de escolaridade; índice de violência e índice de juventude. Com base na mesma fórmula utilizada pela ONU em seus estudos sobre o IDH, desenvolve o cálculo específico, onde:

$$Z_{i,p} = \frac{X_i - \text{MIN}(X_i)}{\text{MAX}(X_i) - \text{MIN}(X_i)}$$

Z: valor calculado do índice em estudo;  
 p: identifica qual variável de bem-estar social está em estudo;  
 i: índice que identifica o município em estudo  
 X: valor assumido pela variável p;  
 MIN(X): valor mínimo de variável X;  
 MAX(X): valor máximo da variável X;

Na análise de Pochmann, (2003), este índice atua como um “termômetro” do bem-estar material dos habitantes dos municípios brasileiros. Os resultados, que devido à equação terminam por variar entre 0 e 1, foram agrupados em classes de modo a separar as melhores condições de inclusão (os mais próximos de 1) dos casos mais graves de exclusão social (os mais próximos de 0). Então, quanto mais próximo de 1, menor será o índice de exclusão social para este município.

Por meio do cálculo do índice de exclusão social, nas Regiões Norte e Nordeste encontram-se o maior número de municípios excluídos. No entanto, em relação à Região Norte, há uma observação que deve ser feita: a vasta extensão territorial pode dar uma falsa impressão de que a intensidade da exclusão é maior em uma região do que em outra de menor extensão territorial.

Há estados na Região, como é o caso do Amazonas, em que os municípios não se encontram com proximidade favorável da capital Manaus. Grande parte destes, ficam cerca de 15 dias de distancia (com viagem realizada em barco regional, uma vez que não há possibilidade de locomoção por meio de estradas), o que pode, de alguma forma, reforçar a argumentação do Pochmann, a respeito dos resultados que devem ser considerados com critério em decorrência de sua amplitude.

A Região Norte possui a mais baixa densidade populacional. Esta fechou o censo de 2000 com o efetivo populacional equivalente a 13 milhões de habitantes, o que corresponde a

pouco mais de 8% da população brasileira. Apesar de ser reconhecidamente uma das mais importantes regiões para o ecossistema mundial, de deter, em escala nacional, abundantes potenciais mineral, madeireiro e agropecuário, e de esforços passados direcionados para a sua ocupação demográfica e econômica, os anos 90 deparam-se com uma região ainda muito esparsamente povoada (menos de 3 hab/km<sup>2</sup>) e desigualmente desenvolvida, com graves problemas sociais (Moreira e Moura, 1999).

Dentre os municípios do Norte, os cinco que apresentam os piores indicadores, ou menos incluídos são: Jordão (AC), Guajará (AM), Itamarati (AM), Alto Alegre (RR) e Ipixuna (AM), nesta ordem. Todos têm o índice de exclusão social inferior a 0,3. Por outro lado, os maiores índices de inclusão social encontram-se nas capitais dos estados da Região, conforme demonstra Tabela 7

**Tabela 7**  
**Índice de Exclusão Social nas capitais dos Estados da Região Norte (2000)**

<i>INDICADORES</i>						
UF's	Capitais	Pobreza	Escolaridade	Emprego	Violência	Exclusão Social
AC	Rio Branco	0,619	0,801	0,278	0,941	0,519
AP	Macapá	0,630	0,835	0,194	0,766	0,493
AM	Manaus	0,607	0,876	0,209	0,865	0,522
PA	Belém	0,617	0,894	0,252	0,945	0,576
RO	Porto Velho	0,666	0,862	0,299	0,789	0,536
RR	Boa Vista	0,703	0,854	0,150	0,784	0,505
TO	Palmas	0,686	0,877	0,187	0,924	0,478

Fonte: Pochmann, 2003.

Os índices utilizados são apenas cinco dos sete desenvolvidos para encontrar a exclusão. Como demonstrado pelo quadro, as capitais dos estados da Região Norte em relação à pobreza, encontram-se em linha mediana. O grau de escolaridade é bastante significativo nas capitais, onde, há maior oferta de escolas tanto estaduais quanto municipais, dado ao nível de urbanização. O índice de violência, nas capitais da Região Norte, têm sido bem próximos de 1, o que pode indicar que a violência não é, necessariamente, um resultado da pobreza.



Fato interessante é que em relação ao emprego, a capital Porto Velho é a de maior índice de empregabilidade da Região. O segundo lugar é ocupado pela metrópole Belém, e, o terceiro pela capital Manaus.

Para auxiliar na compreensão das variáveis utilizadas, a Tabela 8 relaciona o nível populacional residente nos estados da Região Norte e a proporção de população residente concentrada nas capitais dos estados, uma vez que na maioria dos casos é na capital dos estados que ocorre a maior concentração populacional em função da diversidade de oportunidades tanto de empregos gerados, quanto de maiores ofertas do suprimento das demandas sociais.

**Tabela 8**  
**Região Norte: População residente nas capitais e nos estados**

<b>População residente nos Estados</b>				
	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Rondônia	111.064	491.025	1.132.692	1.380.952
Acre	215.299	301.276	417.718	557.882
Amazonas	955.203	1.430.528	2.103.243	2.817.252
Roraima	40.885	79.121	217.583	324.397
Pará	2.166.998	3.403.498	4.950.060	6.195.965
Amapá	114.230	175.258	289.397	477.032
Tocantins	-	-	919.863	1.157.690
<b>População residente nas capitais dos Estados</b>				
	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Porto Velho	84.048	133.882	287.534	334.661
Rio Branco	83.977	117.101	197.376	253.059
Manaus	311.622	633.383	1.011.501	1.405.835
Boa Vista	36.464	67.017	144.249	200.568
Belém	633.374	933.280	1.244.689	1.280.614
Macapá	86.097	137.452	179.777	283.308
Palmas	-	-	24.334	137.355

Fonte: Censos Demográficos - IBGE

Conforme pode-se perceber há uma influencia muito forte da capital do estado em relação aos demais municípios das UF's. A capital, em alguns casos chega a exercer uma

soberania populacional, o que vem a ser um reflexo de que a população humana de alguma forma, sempre será atraída pelos lugares onde as possibilidades sejam melhores condições de atendimento de suas ilimitadas necessidades.

## **CAPITULO 4**

### **RESULTADOS E DISCUSSOES**

Este capítulo trata dos resultados e discussões, na tentativa de responder aos objetivos deste estudo. Com este propósito, o capítulo traz importantes discussões em torno da relação entre transferências governamentais e geração de empregos como um dos fatores explicativos ao crescimento do fluxo migratório de pessoas em alguns municípios nortista. Assim, na primeira seção, a ênfase recai sobre a evolução das transferências intergovernamentais e a geração de empregos formais, como também aponta os setores que mais demandam trabalho na economia nortista. Na segunda, trata-se da evolução do produto e da renda *per capita*, na tentativa de justificar a concentração populacional nos municípios em estudo. Por fim, a terceira dá conta do crescimento migratório e sua relação com fatores exclusivamente econômicos.

#### **4.1 TRANSFERENCIAS GOVERNAMENTAIS, EMPREGO E MIGRAÇÃO**

A Região Norte comporta sete estados e 449 municípios que abrigam uma população de um pouco mais de 13 milhões de habitantes. A economia da região cresce sob a polarização de duas cidades: Belém, situada no lado Oriental, e Manaus, no lado Ocidental. A dinâmica econômica da cidade de Manaus transcorre em maior escala em torno da moderna Indústria de Transformação, que por sua vez impulsiona o comércio tradicional e os serviços de um modo geral. A cidade acomoda uma população de cerca de 1.405.835 milhões de habitantes aproximadamente, mas ostenta uma renda *per capita* de R\$ 11.037, de modo que está entre as cidades de maior renda do país (IBGE, 2005).

Conquanto, a cidade de Belém sustenta-se nas atividades comerciais, nos serviços em geral e em poucas indústrias de transformação, voltada para o mercado regional. A cidade guarda uma população de 1.280.614 habitantes, porém contabiliza uma renda per capita R\$ 4.290, em média. Em relação a Manaus o esforço de produtividade de Belém é significativamente inferior, a julgar pelo diferencial da renda por habitante.

Quanto aos demais municípios selecionados, incluindo-se as capitais dos demais estados, o seu quadro econômico é de uma economia muito dependente de dotações orçamentárias do Governo Federal. As transferências constitucionais figuram como uma importante fonte de receita dos municípios, além disto, sobressai como instrumento de desenvolvimento regional na Agenda do Governo Federal. Reveste-se, também, de instrumento de política fiscal quando sua aplicação vem contrabalançar o desequilíbrio de renda inter-regional, no interior das fronteiras do país. Ou seja, o Governo transfere recursos de regiões ricas para as regiões pobres, visando maximizar o bem-estar da população, quando esta demanda saúde, educação, segurança, infra-estrutura, entre outros.

Certamente, há razões diversas para a criação de transferências constitucionais. Segundo Gasparini e Miranda (2005), a primeira delas consiste na adequação entre a capacidade arrecadatória e a necessidade dos gastos públicos diante de suas melhores distribuições entre as esferas de governo. Em outras palavras, a falta de coincidência entre atribuições e arrecadação, em cada nível de governo faz surgir desequilíbrios, cuja superação se dá por meio das transferências. A segunda razão surge das diferenças regionais no interior do território nacional e da responsabilidade comumente atribuída ao Estado de lidar com elas.

Os dados da Tabela 9 ilustram o volume de recursos transferido do Governo Federal aos estados e municípios, no período 2004-2007. Uma primeira constatação que os números parecem mostrar é que o Estado do Amazonas uma das principais economias da Região recebe um volume de transferências somente um pouco maior do que Roraima, uma das

menores economias da região, enquanto o Pará é o mais aquinhoado na redistribuição dos recursos constitucionais. Possivelmente, a assimetria deve-se ao maior número de municípios que o Pará possui, ou seja, 143, de maneira que demanda por mais recursos no atendimento aos serviços dos municípios tende a crescer.

**Tabela 9**  
**Região Norte: Transferências Governamentais para Estados**

<i>Fundo de Participação dos Estados – FPE</i>				
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Acre	696.021.348,42	871.106.400,70	964.068.948,32	967.752.768,41
Amazonas	567.722.294,92	710.533.557,68	786.360.126,77	789.364.900,67
Amapá	694.190.248,69	868.814.685,54	961.532.666,36	965.206.794,98
Pará	1.243.520.163,91	1.556.329.237,05	1.722.417.249,57	1.728.988.807,25
Rondônia	572.849.374,12	716.950.360,18	793.461.716,26	796.493.626,13
Roraima	504.712.119,13	631.673.092,27	699.083.846,96	701.755.128,03
Tocantins	882.996.975,10	1.105.115.983,28	1.223.051.515,66	1.227.724.938,43
<b>TOTAL</b>	<b>5.162.012.524,29</b>	<b>6.460.523.316,70</b>	<b>7.149.976.069,90</b>	<b>7.177.286.963,90</b>

Fonte: Tribunal de Contas da União.

Por quanto, a região Norte passou de um montante de R\$ 5,1 bilhões em 2004, para R\$ 7,1 bilhões em 2007. Isso gerou um incremento de 39% no período. A entrada desses recursos na economia dos estados, necessariamente atua como efeito multiplicador sobre a renda, uma vez que um acréscimo nos gastos provoca aumento da renda, por conta deste aumento surgem negócios que demandam trabalho.

Além das transferências pautadas no FPE, a Região conta também com o FPM<sup>1</sup>. A Tabela 10 mostra que a realidade da participação que cabe a cada estado não muda muito em relação ao FPE. Pela sua estrutura municipal-administrativa, o Pará e o Tocantins lideram na absorção dos recursos. Juntos recebem 58% do que é transferido à Região.

<sup>1</sup> O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) formam a base do sistema de equalização de receitas no Brasil. São compostos, respectivamente, por 21,5% e 22,5% do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, (GASPARINI e MIRANDA, 2005). O FUNDEF por sua vez, é composto pelas seguintes fontes de recursos: 15% do FPM/FPE; 15% do IPI-EXP e 15% do ICMS ( inclusive LC 87/96), (STN, 2006). Este último é idealizado para que cada governo passe a dispor de um mesmo montante per capita por aluno matriculado. Com isso, no caso do valor mínimo definido em lei não ser atingido em determinada localidade, a União passa a complementar os recursos.

**Tabela 10**  
**Região Norte : Transferências Governamentais para Estados e Municípios**

<i>Fundo de Participação dos Municípios - FPM</i>				
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Acre	117.152.672,75	148.974.379,06	164.135.981,43	156.428.532,95
Amazonas	297.839.820,59	366.348.305,45	414.403.445,24	407.657.151,97
Amapá	80.624.068,70	93.770.458,51	113.161.488,23	101.323.626,73
Pará	773.753.233,84	970.051.876,14	1.070.364.647,35	1.071.229.798,42
Rondônia	192.325.595,60	242.586.782,95	267.885.815,11	270.163.968,13
Roraima	101.618.580,13	130.120.616,84	154.750.102,66	176.305.988,35
Tocantins	324.285.821,34	408.800.067,16	459.408.964,83	455.205.691,90
<b>Fundo de Participação dos Municípios - Capitais – FPM</b>				
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
	120.348.811,72		169.962.630,49	
Belém		154.738.365,81		173.356.367,52
Boa Vista	85.963.437,05	110.527.404,37	133.065.946,49	154.538.975,56
Macapá	55.016.599,96	61.721.400,21	77.692.225,75	65.718.833,12
Manaus	68.770.749,82	9.656.624,25	97.116.664,86	89.157.985,03
Palmas	85.963.436,95	110.527.404,21	129.305.310,71	123.840.683,62
Porto Velho	55.016.599,96	70.737.538,94	77.697.202,79	79.248.625,43
Rio Branco	68.770.749,82	88.421.923,52	97.121.503,44	89.157.985,03

Fonte: Tribunal de Contas da União.

Não há dúvida de que esses dois estados foram alvos de intensos fluxos migratórios a julgar pelo quantitativo de municípios emancipados, absolutamente, superior aos demais estados da região. Contudo, como ilustra os dados da Tabela 10, parcela maior dos recursos é alocada onde se tem maior concentração populacional, e por conseqüência as maiores demandas sociais. Além de serem centros administrativos, isto justifica porque as capitais dos estados concentram as demandas por esses recursos. Na realidade, os critérios adotados pelo TCU levam em conta as informações fornecidas pelo IBGE, como, população estimada de estados, de municípios e da renda per capita de cada estado.

Enfim, o FPM se constitui em uma ferramenta de grande importância para a gestão municipal. Dos recursos repassados pela União, 10% destinam-se às capitais dos estados, 86,4% aos municípios do interior do estado e 3,6% para os municípios do interior pertencentes ao Fundo de Reserva com população superior a 142.633 habitantes.

Apresentemente, o Fundo de Reserva, é destinado apenas aos municípios do Estado do Pará, como Ananindeua, Castanhal, Marabá e Santarém, que possuem população superior ao limite estabelecido pelo recurso. Os demais municípios nortistas concentram uma população muito reduzida em relação às capitais.

Os governos e prefeitos também contam com o aporte de recursos originários de outras fontes. A Tabela 11 apresenta o montante de recursos destinados aos investimentos na área da educação: o FUNDEF.

**Tabela 11**  
**Região Norte : Transferências Governamentais para estados e municípios**  
*O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF*

	2004	2005	2006	2007
Acre	182.164.143,00	230.175.870,38	253.350.114,75	-
Amazonas	555.435.538,96	652.380.620,79	730.238.038,54	-
Amapá	166.623.873,16	208.614.610,82	233.838.501,86	-
Pará	852.257.786,92	1.025.332.734,35	1.127.232.448,68	-
Rondônia	294.670.535,64	356.540.921,97	386.578.619,20	-
Roraima	129.164.492,08	163.054.681,61	182.335.810,92	-
Tocantins	308.836.376,15	368.449.871,93	405.430.191,70	-

Fonte: Tribunal de Contas da União.

O Fundo é de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os maiores receptores das transferências são os estados do Pará, seguido do Amazonas, Tocantins e Rondônia.

A população jovem relativa ao segmento 5 a 15 anos de idade compreende àquela que está cursando as séries do ensino fundamental (antigo primeiro grau). Compreendendo que há mais de 30 anos a fecundidade vem reduzindo-se, conseqüentemente, a tendência é de uma população jovem cada vez menor. Embora aconteça o crescimento populacional, este ocorre em escalas menores.

Neste sentido, o esforço necessário de investimento para criar novas vagas escolares de ensino fundamental, tende a diminuir se analisado por este prisma. Os recursos poupados pela redução relativa de demanda poderiam segundo Moreira, (1996), ser alocados de forma a ampliar-se a cobertura e melhorar o sistema de ensino e sua estrutura (equipamento, suporte técnico) com capital humano não apenas mais qualificado, mas, sobretudo, melhor remunerado.

**Tabela 12**  
**Brasil e Região Norte- População Infantil e Juvenil**

<i>Unid. Fed.</i>	<i>Grupos de Idade</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Brasil	<b>0 a 4 anos</b>	13.916.234	16.428.063	16.521.114	16.386.239
	<b>5 a 9 anos</b>	13.356.493	14.771.793	17.420.159	16.576.259
	<b>10 a 14 anos</b>	11.849.095	14.252.521	17.047.159	17.353.683
	<b>15 a 19 anos</b>	10.319.667	13.569.436	15.017.472	17.949.289
Norte	<b>0 a 4 anos</b>	640.374	1.048.624	1.430.551	1.644.615
	<b>5 a 9 anos</b>	561.121	887.399	1.465.107	1.608.594
	<b>10 a 14 anos</b>	486.241	772.969	1.371.503	1.560.007
	<b>15 a 19 anos</b>	412.747	657.236	1.138.988	1.524.420

Fonte: IBGE.

O efeito da queda da fecundidade implica na composição etária da população de crianças menores de sete anos, que apesar de apresentar crescimento positivo, o ritmo nessa faixa etária tem sido cada vez menor, conforme a Tabela 12. A população de 0 a 4 anos de idade cresceu em um ritmo muito lento, reforçando a redução cada vez maior do número de nascimentos de crianças na região. De acordo com Moreira (1996), a redução de nascimentos neste segmento populacional se projeta para o futuro, com tendência a transferir ao longo do tempo, para os demais grupos de idades.

Por fim, as transferências constitucionais são muito importantes no financiamento dos gastos públicos, que por sua vez é um determinante do produto social da economia.



## 4.2 GERAÇÃO DE EMPREGOS E MOBILIDADE POPULACIONAL

Na realidade, quando a economia experimenta uma fase de crescimento sustentado, naturalmente, as oportunidades de emprego surgem espontaneamente. O incremento do estoque de emprego formal nos setores básicos da economia, tais como: Administração Pública, Comércio, Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Serviços, apresentam expressivas alterações estruturais no período 1995-2004, conforme ressalta a Tabela 13.

**Tabela 13**  
Região Norte – Empregos Gerados nos Setores por Estados

Setores	AMAZONAS		PARÁ		RONDONIA		DEMAIS UFs		REGIAO NORTE	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Extrativa Mineral	1.346	1.258	3.504	4.432	961	772	390	1.133	6.201	7.595
Ind. de Transformação	54.391	88.136	49.480	88.003	11.759	25.238	7.303	15.802	122.933	217.179
Serviços Ind. Ut Púb	3.029	3.404	5.313	5.957	2.625	2.098	12.562	5.026	23.529	16.485
Construção Civil	9.580	9.872	16.071	29.774	2.798	4.133	5.294	15.615	33.743	59.394
Comércio	25.553	47.352	45.048	110.140	15.005	42.346	18.294	53.562	103.900	253.400
Serviços	69.094	95.364	101.485	147.292	22.427	36.710	43.110	57.557	236.116	336.923
Administ. Públic	71.559	117.203	152.494	222.790	60.563	83.448	62.428	162.861	347.044	586.302
Agropecuária	761	2.499	11.691	27.105	2.158	7.053	4.459	15.260	19.069	51.917
Outros	3940	0	8.722	0	744	0	4.211	0	17.617	0
<b>Total</b>	<b>239.253</b>	<b>365.088</b>	<b>393.808</b>	<b>635.493</b>	<b>119.040</b>	<b>201.798</b>	<b>158.051</b>	<b>326.816</b>	<b>910.152</b>	<b>1.529.195</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Sem muito esforço analítico, observa-se que a região Norte como um todo, no período, gerou em termos absolutos no ano de 2004 uma massa de 1.529.195 empregos formais muito importantes para as famílias, de sorte que se incrementou em 68%. Do estoque de empregos criados, 41% correspondem ao esforço da economia paraense, seguida de 23,8% da economia amazonense. Nos demais estados, o emprego cresceu, mas não na mesma proporção com que ocorreram no Pará e no Amazonas. Serviços, Comércio e Administração Pública são as áreas que têm demandado maior contingente de mão-de-obra, posto que sejam atividades relativamente intensivas em trabalho. Em contrapartida, a indústria de transformação, pelas modificações estruturais que vêm implementando por conta da

competitividade e da integração dos mercados regionais tende a empregar menos pessoas e mais equipamentos.

O crescimento da demanda de emprego geralmente desperta atenção dos ofertantes que estão do outro lado do mercado, isto é, o trabalhador e sua família. Estes muitas vezes estão situados em outros espaços geográficos aguardando oportunidades para migrar. A Tabela 14 traz informações importantes sobre a migração ocorrida da região Norte em período mais recente. Assim, o crescimento relativamente maior dos não-naturais, entre as duas pesquisas ocorreu no Amapá (108%). Em 1991 entraram, em média, 74.053 indivíduos, enquanto que em 2000, o Censo registrou 153.980 pessoas não-naturais do estado, de tal ordem que gerou um acréscimo de 71%.

**Tabela 14**

Região Norte: entradas e saídas utilizando a informação de lugar de nascimento, segundo as Unidades da Federação - 1991/2000

<i>Unidade de Federação</i>	<i>Entradas</i>		<i>Dif. Relat.</i>	<i>Saídas</i>		<i>Dif. Relat.</i>
	1991	2000	(%)	1991	2000	(%)
<b>Região Norte</b>	<b>2.277.390</b>	<b>2.814.069</b>	<b>23,6</b>	<b>686.847</b>	<b>1.112.203</b>	<b>61,9</b>
Acre	46.967	63.033	34,2	50.811	65.470	28,8
Amapá	74.053	153.980	107,9	17.398	23.744	36,5
Amazonas	171.358	303.060	76,9	121.505	163.765	34,8
Roraima	88.802	150.104	69	7.973	14.777	85,3
Rondônia	703.396	722.859	2,8	45.708	96.406	110,9
Pará	900.639	1.046.154	16,2	322.956	560.783	73,6
Tocantins	292.175	374.879	28,3	120.496	187.258	55,4

Fonte: Censo Demográfico: migração e deslocamento, 2000.

Os demais estados foram receptores de contingentes populacionais, tanto em menor quanto em maior escala. Rondônia, por exemplo, após passar à categoria de estado em 22 de dezembro de 1981 experimentou mudanças profundas na evolução de sua população. Apesar de o fluxo de migrantes ter diminuído substancialmente nas últimas décadas, segundo o Censo de 1991, aproximadamente 62% da população era não-natural e em 2000, passou a 52% (IBGE, 2003).

O Amazonas, seguindo uma tendência da região, também foi um grande receptor de população vinda de outros estados, atraídas pelas oportunidades geradas pela Zona Franca de Manaus, principalmente pela indústria de transformação e comércio. O Pará, diferente dos demais, apresenta uma particularidade, ou seja, apresentou característica migratória um pouco distinta em relação aos demais estados.

A população residente não-natural, de acordo com a tabela 14, saltou de 900.639 pessoas para 1.046.154, e os paraenses residindo em outras Unidades da Federação totalizavam 322.956 migrantes, em 1991, passaram para 560.783 pessoas no ano 2000. Dado o caráter acumulativo da informação de lugar de nascimento não é possível detectar uma inversão de tendência do estado, de receptor para expulsor de população, mas existe um indicativo de uma redução do saldo migratório positivo, (IBGE, 2003).

Tomando-se períodos menores percebe-se que a migração é um processo dinâmico e constante na região, a julgar pelos dados reunidos na Tabela 15. Por exemplo, em Rondônia, as entradas de pessoas diminuíram em 34% e as saídas em 23%, resultando em uma diminuição de 22.010 migrantes no saldo migratório positivo entre os dois quinquênios.

O Amazonas, por sua vez, praticamente dobrou o saldo provenientes dos movimentos de entradas e saídas: o primeiro aumentou em 51% e o segundo em 33%. O mesmo comportamento é observado em Roraima, onde o volume de saídas mais que dobrou, contudo, em valor absoluto foi bastante inferior ao de entradas, que também aumentou em 35%, resultando em um aumento no saldo migratório positivo, (IBGE, 2003).

A informação de migração em uma data fixa para o Pará confirma as conclusões de vários estudos que os fatores de expulsão têm predominado sobre o de atração, visto que os movimentos de entradas diminuíram (14%) e os de saídas tiveram um acréscimo de 28%, revertendo o saldo positivo, com base no Censo 1991, para negativo no Censo 2000. Contrariamente, o Amapá apresentou o maior crescimento relativo do número de entradas

entre os dois quinquênios estudados (88,6%). Contudo, parece que as oportunidades econômicas e sociais não foram satisfatórias, tanto que o número de saídas teve um acréscimo de 111%, com magnitude mais de três vezes inferior, fazendo com que o saldo migratório, que era de 16.494 indivíduos no período de 1986/1991, alcançasse 29.469 no período seguinte.

**Tabela 15**

Região Norte: entradas, saídas e saldos migratórios, utilizando a informação de lugar de residência há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa, segundo as Unidades da Federação - períodos 1986/1991 e 1995/2000

<i>Unidade de Federação</i>	<i>Entradas</i>		<i>Dif. Relat.</i>	<i>Saídas</i>		<i>Dif. Relat.</i>	<i>Saldo Migratório</i>	
	1986/1991	1995/2000	(%)	1986/1991	1995/2000	(%)	1986/1991	1995/2000
<b>Região Norte</b>	<b>553.156</b>	<b>556.393</b>	<b>0,6</b>	<b>421.952</b>	<b>493.708</b>	<b>17,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Acre	12.979	13.634	5,0	14.343	16.070	12,0	-1.364	2.436
Amapá	23.641	44.582	88,6	7.147	15.113	111,5	16.494	29.469
Amazonas	59.366	89.627	51,0	44.286	58.657	32,5	15.080	30.970
Roraima	35.347	47.752	35,1	6.694	14.379	114,8	28.653	33.373
Rondônia	127.061	83.325	-34,4	94.482	72.735	-23,0	32.599	10.590
Pará	212.436	182.043	-14,3	183.195	234.239	27,9	29.240	-52.195
Tocantins	82.326	95.430	15,9	71.805	82.515	14,9	10.521	12.915

Fonte: Censo Demográfico: migração e deslocamento, 2000.

Um olhar na dimensão do domiciliar, por meio da Tabela 16, observa-se que Acre e Tocantins, entre os dois quinquênios apresentam saldos migratórios negativo, ou seja, perderam mais força de trabalho do que ganharam, tanto no meio rural como no meio urbano. No entanto, cabe destacar o salto migratório em Rondônia e Amazonas. No primeiro, prevaleceu um maior saldo no meio rural, posto que a dinâmica econômica do estado centra-se na produção agropecuária, talvez porque se gera mais empregos. No segundo, o Amazonas, guarda o maior saldo migratório urbano, posto que possui uma industrialização bem mais desenvolvida de toda a região Norte. Isto vai de encontro à tese de que a industrialização acelera, de fato, a urbanização.

**Tabela 16**

Região Norte: entradas, saídas e saldos migratórios, por situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - períodos 1986/1991 e 1995/2000

<i>Unidade de Federação</i>	<i>Rural</i>		<i>Saldo Migratório</i>	<i>Urbana</i>		<i>Saldo Migratório</i>
	<i>Entradas</i>	<i>Saídas</i>		<i>Entradas</i>	<i>Saídas</i>	
<b>Região Norte</b>						
Acre	2.716	3.077	- 359	10.916	12.993	- 2.077
Amapá	2.873	999	1.873	41.709	14.113	27.596
Amazonas	8.156	7.520	636	81.472	51.138	30.334
Roraima	6.553	1.221	5.332	41.199	13.158	28.041
Rondônia	25.592	17.284	8.308	57.732	55.451	2.281
Pará	51.550	48.415	3.135	130.494	185.824	- 55.330
Tocantins	13.763	15.529	- 1.766	81.667	66.986	14.661

Fonte: Censo Demográfico: migração e deslocamento, 2000.

Finalmente, os dados da Tabela 16 reforçam que o Estado de Rondônia possui em magnitude absoluta o maior saldo migratório positivo para áreas rurais, atrás somente dos Estados de São Paulo e Mato Grosso. Para as áreas urbanas o comportamento é semelhante: Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins apresentaram saldos migratórios positivos para o período de 1995/2000. As Unidades da Federação do Acre e Pará apresentaram perdas de população em áreas urbanas. O primeiro já apresentava perdas populacionais de uma maneira geral, com relação à informação de data fixa desde o período de 1986/1991, enquanto o segundo reverteu a tendência de área de atração para área de expulsão no período de 1995/2000, (IBGE, 2003).

#### 4.3 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DO PRODUTO SOCIAL

Não resta dúvida de que nas áreas aglomerativas predomina a geração de empregos em relação aos demais espaços geográficos. Os dados da Tabela 17 mostram essa realidade para as capitais nortistas nos anos 1990, 1994 e 1998. Manaus e Belém são duas capitais que responderam, em 1998, por 69% dos empregos demandados na região. Embora que os demais

municípios dentro de seu limitado contexto, também tenham empregado, a proporção destes é muito menor em relação à capital. Isto reforça o argumento de que a maior concentração de empregos formais ocorre, de fato, nas capitais dos Estados.

**Tabela 17**  
Região Norte: Emprego formal nas capitais dos Estados

<i>Unidade de Federação</i>	<i>Valores Absolutos</i>			<i>Participação no total do Estado (%)</i>		
	1990	1994	1998	1990	1994	1998
<b>Região Norte</b>	<b>624.607</b>	<b>720.444</b>	<b>904.568</b>	-	-	-
Rio Branco	42.658	69.182	63.110	92	92	89
Macapá	33.711	36.359	48.073	95	88	85
Manaus	227.558	235.152	298.353	90	89	90
Belém	242.424	249.150	330.326	66	65	60
Porto Velho	69.117	93.078	69.014	70	63	37
Boa Vista	9.139	26.380	33.405	96	92	97
Palmas	0	11.143	62.287	0	24	50

**Fonte:** Sistema RAIS / Ministério do Trabalho

O crescimento do emprego determina, sem dúvida, o aumento da migração, que por sua vez é um determinante do crescimento populacional em uma região. Por exemplo, de 1990 a 1998, o emprego cresce a uma taxa média de 1,05% ao ano, no Norte como um todo, enquanto que em Manaus e Belém cresce, respectivamente, 1,04% e 1,03% ao ano.

No sentido dar consistência a aproximação entre emprego, população e produto social, a Análise de Agrupamento (*Clusters*) é um método apropriado para reunir esses indicadores por unidades geográficas.

Nesta perspectiva, a Análise de Agrupamento busca agrupar características de dados baseando-se na similaridade entre eles. Surgem por conta disto um ou mais grupos heterogêneos, mas ao mesmo tempo acomodam unidades (municípios, neste estudo) com traços homogêneos entre si.

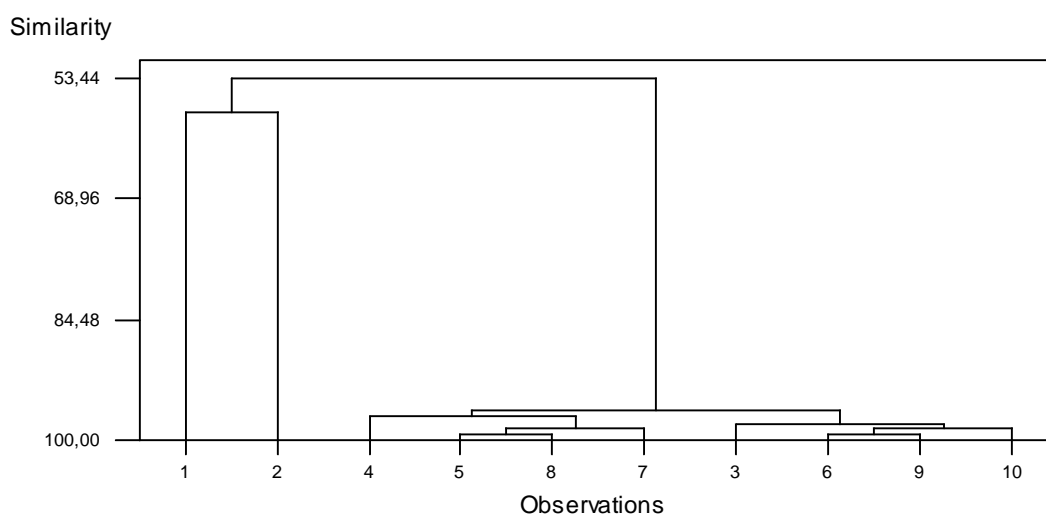
Ao buscar características similares entre os municípios selecionados, reuniram-se dados sobre **mão-de-obra empregada** por setores produtivos da economia, **população** total

residente, e **produto (PIB)** destes mesmos municípios, referentes ao ano 2000. A idéia é tentar agrupar municípios que apresentam convergência a partir dessas variáveis.

Após o cruzamento, foi possível a formação de três grupos: o primeiro é formado por Manaus e Belém (observações 1, 2); o segundo, por Porto Velho, Macapá, Boa Vista e Rio Branco (observações 4,5,7,8), e o terceiro grupo compões-se dos municípios paraenses de Ananindeua, de Marabá, de Santarém, além da capital Palmas (TO), (observações 3,6,9,10), como ressalta o dendograma a seguir.

As metrópoles Belém e Manaus são os principais centros econômicos na história da economia nortista. Belém concentra um tráfego rodoviário intenso, liga-se ao restante do país por meio de sua malha rodoviária, fato que possivelmente deve facilitar o movimento do comércio e suas possibilidades de crescimento no setor de prestação de serviços. Historicamente, Belém foi a referência econômica da região, por suas vantagens locais. Integrou-se ao restante do país por meio de estradas. Fora do eixo de comando da capital, outros centros menores passaram a sinalizar ascendência econômica.

**Figura 1** – Cluster dos municípios selecionados a partir do cruzamento das variáveis população total, admissões e PIBcf – ano 2000.



Manaus, depois de Belém, mostrava-se ser um pólo de dinamismo econômico, com a chegada da ZFM, em 1967. De fato, em função do seu Pólo Industrial a cidade experimentou o crescimento econômico, de tal monta que se tornou a nona metrópole brasileira. O aglomerado de indústrias modernas responde por uma parcela significativa de emprego, da arrecadação e do Produto Interno Bruto do Estado. Em um momento de sua História passada, a exemplo de Belém, Manaus foi a praça de realizações de grandes negócios em torno da economia gomífera, entre outros produtos extrativistas. No entanto, com a implantação da ZFM, em 1967, o dinamismo econômico baseado na indústria moderna consolidou-se. Por conta disto, tornou-se um atrativo populacional, originando fluxos migratórios que redefiniram sua formatação original e a colocaram na posição de cidade mais populosa da Região, de acordo com o IBGE.

No segundo agrupamento, o elo peculiar entre os municípios está nos aspectos populacionais e PIB. A população permeia o limite de 200 e 330 mil habitantes, e um PIB variando entre 1 e 1,5 bilhões de reais. Mantendo as tendências dos centros urbanos, as capitais absorvem a maior contingente populacional em relação aos demais municípios do próprio estado, uma vez que nessas áreas as economias de aglomeração sobressaem. Isto por si só já constitui atrativo populacional.

No terceiro agrupamento é possível visualizar, ainda, a formação de um subgrupo, formado pelos municípios Santarém e Marabá. Embora Santarém tenha uma população residente maior que (100 mil habitante) Marabá, conforme Censo de 2000, mas o PIB<sub>cf</sub> dos dois municípios se aproximam em torno de 300 milhões reais. Segundo, Herculano (2005), Santarém chegou a figurar como a segunda economia do Pará, com 4,03% de participação no PIB estadual no ano de 1975, mas passou a ocupar a sexta posição em 1996, com uma fatia de 2,55%, ensejando a existência de uma reordenação econômica dentro do próprio espaço estadual. Os municípios em questão estão geograficamente localizados nos extremos do



Estado: Marabá, bem mais próximo de Belém, e Santarém, com maior proximidade de Manaus.

Ananindeua pertence à região metropolitana de Belém e em função da malha rodoviária, que lhe proporcionou o escoamento de sua produção, adquiriu autonomia econômica, e conseqüentemente concentrou um quantitativo populacional considerável. Pelo dendograma, o município apresenta uma tendência a se igualar as capitais dos municípios do segundo grupo, principalmente de Porto Velho. A capital Palmas, por sua vez, apresenta um aspecto peculiar no grupo, é a mais nova capital do Brasil, criada com a Constituição Brasileira de 1989. Equipara-se em potencial econômico a Ananindeua. A posição geográfica de Palmas (parte central do país) favorece a entrada de novas oportunidades econômicas e uma maior mobilização de população dos mais diversos pontos do país.

Utilizando-se do método Estrutural-Diferencial pode-se analisar a evolução do emprego formal no interior dos Estados, uma vez que metodologicamente ter-se-ia que seguir a ordem dos agrupamentos. No entanto, o levantamento do estoque de emprego setorial por cidade, por meio do sitio do Ministério do Trabalho e Emprego, não foi possível. Diante desta dificuldade, alternativamente usou-se o emprego para o Estado como uma “proxy”.

Feito este preâmbulo, Tabela 18 retrata os resultados extraídos por meio do Método Diferencial-Estrutural aplicados ao Amazonas, ao Pará e a Rondônia. A tabela traz no seu interior sinais positivos e negativos associados ao Valor Líquido Total (VLT), Valor Líquido Proporcional (VLP) e Valor Líquido Diferencial (VLD) e, também, aos setores produtivos geradores de empregos.

Administração Pública, Comércio e Serviços são os setores que se mostram mais dinâmicos da economia nortista, uma vez que estes setores apresentam resultado positivo nos três indicadores extraídos do Shift-Share.

Em relação a Administração Pública, entende-se que o resultado positivo (VLT) é consequência de uma ampliação das demandas sociais, onde o Governo cria mecanismos de gerenciamento destas por meio de postos de trabalho na esfera pública. Conseqüentemente contrata mais pessoal na área de saúde, de educação, de segurança e infra-estrutura.

**Tabela 18**  
Amazonas, Pará e Rondônia: Evolução do Emprego – 1995-2004

<i>Amazonas</i>			
<i>VLT</i>	<i>VLP</i>	<i>VLD</i>	<i>Setores</i>
+	+	+	Extrativa Mineral
+	+	+	Ind de Transformação
-	+	+	Serviços Ind Ut Púb
-	+	+	Construção Civil
+	+	+	Comércio
+	+	+	Serviços
+	+	+	Administração Pública
-	+	+	Agropecuária
<i>Pará</i>			
<i>VLT</i>	<i>VLP</i>	<i>VLD</i>	<i>Setores</i>
+	+	-	Extrativa Mineral
+	+	+	Ind de Transformação
+	+	-	Serviços Ind Ut Púb
+	+	-	Construção Civil
+	+	+	Comércio
+	+	+	Serviços
+	+	+	Administração Pública
+	+	+	Agropecuária
<i>Rondônia</i>			
<i>VLT</i>	<i>VLP</i>	<i>VLD</i>	<i>Setores</i>
+	+	+	Extrativa Mineral
+	-	+	Ind de Transformação
-	+	-	Serviços Ind Ut Pública
+	+	-	Construção Civil
+	+	+	Comércio
+	+	+	Serviços
+	+	+	Administração Pública
+	+	+	Agropecuária

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Administração Pública, Comércio e Serviços são os setores que se mostram mais dinâmicos da economia nortista, uma vez que estes setores apresentam resultado positivo nos três indicadores extraídos do Shift-Share.

Em relação a Administração Pública, entende-se que o resultado positivo (VLT) é consequência de uma ampliação das demandas sociais, onde o Governo cria mecanismos de gerenciamento destas por meio de postos de trabalho na esfera pública. Conseqüentemente contrata mais pessoal na área de saúde, de educação, de segurança e infra-estrutura.

A situação do Comércio não é diferente, os resultados são positivos. A circulação de recursos públicos originários de transferências governamentais e do próprio setor privado, alavanca o consumo e por consequência o comércio. Por sua vez leva a abertura de novos postos de trabalho que implicam no produto da economia como um todo.

O setor de Serviços como os demais referidos, amplia-se por toda a região, ainda carecendo de eficiência, mas segue uma tendência mundial. Os seus indicadores exprimiram resultados positivos. Apesar de mostrar um nível de crescimento maior em um estado que em outro, o fato é que o setor tem decolado nos últimos anos. De acordo com o IPEA (2004), em alguns estados da Região, este setor representa cerca de 90% do PIB. Dado o fato de que este setor apresente maior concentração em áreas urbanas, este crescimento potencializa segundo Herculano (2005), a atração de pessoas e atividades econômicas nas maiores cidades, realimentando a polarização das capitais e implicando no aumento da demanda por infra-estrutura social e econômica nestas áreas.

A indústria de transformação aufere resultados positivos, a julgar pelos indicadores, nos três estados, indicando que as economias estaduais vêm encontrando um nível virtuoso de crescimento. Embora os resultados não especifiquem o nível de crescimento setorial, mas no caso do Amazonas, a maior geração de emprego se dá na cidade de Manaus, onde está situado

o PIM (IBGE, 2005). Este setor tem um peso significativo no produto industrial da região Norte.

O emprego, sem dúvida, é uma variável considerável na determinação do fluxo migratório de pessoas. Emprego é sinônimo de renda, de oportunidade econômica, de ascensão social. Países como os Estados Unidos, Espanha, Inglaterra, cidade de Vancouver (Canadá), por seus destaques econômicos, são exemplos de endereços de imigrantes buscando melhores condições de vida. Manaus, nas décadas dos anos de 1980 e 1990, pela sua pujança econômica, no âmbito regional, não foge à regra. Pode-se dizer que o emprego é um indicador importante na determinação de aglomerados humanos.

O crescimento do emprego tem influencia na determinação do Produto (PIB). Este é um indicador que retrata em uma unidade de valor a produção da economia de um país. Carros, motocicletas, televisores, eletricidade, concertos musicais, sinfônicos e brinquedos – tudo isto, e uma multiplicidade de outros bens e serviços fazem parte da contabilidade do PIB. Apesar de possuir a região Norte uma imensa extensão territorial, mas em termos populacionais, esta grandeza corresponde a 7,6% da população nacional, uma vez que pelo Censo de 2000, ela excedeu um pouco de 13 milhões de habitantes. Ademais, a sua participação no PIB (Produto Interno Bruto) nacional é muito pequena, ou seja, 4,6%, conforme Tabela 19.

**Tabela 19**  
Brasil e Regiões: Indicadores Seleccionados – 2000

<i>Região</i>	<i>Participação no PIBcf Nacional (%)</i>	<i>Participação na Área Territorial Nacional (%)</i>	<i>Participação na População Residente Nacional (%)</i>	<i>Participação no Número de Municípios (%)</i>
Norte	4,60	45,25	7,60	8,08
Nordeste	13,09	18,25	28,12	32,23
Sudeste	57,79	10,86	42,65	30,00
Sul	17,57	6,77	14,79	21,37
Centro-Oeste	6,95	18,87	6,85	8,33
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE In: HERCULANO, (2005)

Esse produto é resultado de muito esforço originário da combinação de capital, de terra, de recursos naturais, da força de trabalho e de seu conhecimento. A Tabela 20 reúne os municípios de maior expressão na Região e seu PIB correspondente nos anos 1975 e 1996. Sem muito esforço analítico percebe-se que a cidade de Manaus sobressai absolutamente na frente das demais cidades. A manutenção dessa prosperidade econômica implica em adaptação, e esta é muitas vezes dolorosa. Criam-se novos empregos em substituição aos que vão sendo destruídos. Para o velho operário, pode significar longos anos de desemprego e de marginalidade econômica.

No caso dos municípios nortistas, a julgar pela evolução do produto, naturalmente, muitas oportunidades foram criadas e outras foram destruídas. Isto por si só, já constitui um atrativo à migração, ou seja, mais pessoas são atraídas para as cidades que oferecem oportunidades de emprego e de melhores bens públicos.

**Tabela 20**  
PIB dos municípios a preços constantes de 2000 (em R\$ mil) 1975-1996

<i>Município</i>	<i>R\$ Mil</i>		<i>Participação (%)</i>	
	<i>1975</i>	<i>1996</i>	<i>1975</i>	<i>1996</i>
Manaus	2.699.653	11.310.460	74,81	85,27
Belém	2.606.169	6.643.271	52,14	46,90
Porto Velho	508.430	1.581.158	89,19	39,19
Rio Branco	202.942	1.231.999	54,63	67,88
Boa Vista	130.952	1.049.976	83,45	83,09
Macapá	253.407	1.001.995	88,08	67,90
Marabá	59.817	319.632	1,20	2,26
Ananindeua	111.801	571.964	2,24	4,04
Santarém	201.220	361.809	4,03	2,55
Palmas	-	491.733	-	19,56
<b>TOTAL</b>	<b>6.774.391</b>	<b>24.563.997</b>		

Fonte: IPEA In: HERCULANO, (2005)

O acompanhamento da evolução do produto e do rendimento captado pela população permite dizer se houve uma melhoria da qualidade dos bens e serviços consumidos. Hoje, muitas famílias residentes em pequenas e médias cidades desfrutam de uma saúde

curativa, de uma escola de ensino fundamental e médio, de unidades de ensino superior, de transporte coletivo, etc.

Apesar dos índices de desigualdade de renda que acompanham o quadro evolutivo da economia nortista, a produção de bens e serviços produzidos no país como um todo tem sido amplamente distribuído na Região. À medida que o produto social de muitos municípios vem experimentando crescimento, principalmente nas capitais, têm sido criados vários programas de segurança social, com propósito a dá, pelo menos, alguma assistência àqueles que têm rendimentos insuficientes.

Finalmente, concordando-se com Schultze (1964), a contrapartida do progresso econômico é ascensão dos níveis do padrão de vida das famílias, apesar de seus custos sociais. Na Amazônia, semelhantemente como ocorreu em outras regiões do mundo, para extrair da natureza uma crescente abundância de recursos, é necessário a utilização de novos e melhores meios de combinar recursos naturais, trabalho e engenho humano. Processos de produção ineficientes tiveram que dar lugar a novos modos de produzir ou de organizar a produção de forma eficiente. Isto reflete na evolução do rendimento.

#### 4.4 A CORRELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO RESIDENTE E PRODUTO

Quando a economia experimenta fase vigorosa de crescimento, indubitavelmente, desencadeia um processo de encadeamento “para frente” e “para traz” nas cadeias de negócios. Por conta disto, como já se discutiu em seções precedentes, aumenta as expectativas de empregos nas economias em crescimento. Para se ter uma idéia dessa correlação, pode-se verificar por meio da análise paramétrica, ou seja, análise de regressão quando o produto

crece e seu efeito sobre a população residente. Para este fim, utilizou-se a análise *Pooling* (empilhamento de dados).

Inicialmente reuniu-se os grupos de municípios e tratou-se como se fossem apenas um. Nesse sentido o resultado obtido por meio da regressão realizada gera um resultado geral para todos os grupos reunidos. Usando dados em forma de painel, resultou que o crescimento do produto em 1,0 % impacta no crescimento da população residente em 0,14%, em média, como ilustra a equação (1). Quando se utiliza dados em forma de empilhamento, os resultados não são muito dispares, posto que uma variação em 1,0% no produto cria um efeito, em media, de 0,13% sobre a população residente.

#### **Aplicação do Pooling, considerando população residente e PIB**

<b>Aplicação do Pooling, considerando população residente e PIB</b>	
$\text{LOG POP} = 3,46 + 0,146 \text{ LOG PIB} + 0,005 \text{ M1} - 0,010 \text{ M2} + 0,155 \text{ M3}$	(1)
Estatística t	5,04
R-Sq = 52,8%    R-Sq(adj) = 44,6	
$\text{LOG POP} = 3,61 + 0,138 \text{ LOG PIB}$	(2)
Estatística t	5,03
R-Sq = 49,3%    R-Sq(adj) = 47,4%	

---

Finalmente, por meio do produto e da população residente permite fazer a leitura que a evolução do produto de uma região, determinada por uma combinação de fatores, entre este a própria demanda de trabalho, atrai um contingente humano para seu entrono. O crescimento da produtividade de uma determinada região, por exemplo, pode influenciar o desenvolvimento de regiões vizinhas próximas por intermédio de externalidades espaciais. As externalidades ocasionam reações que podem ser consideradas como positivas ou negativas, dependendo do contexto em que se dá. No caso em questão, quando há evolução no produto

há elevação da população residente. Nesse sentido, do ponto de vista do migrante tem-se externalidade positiva.



## CONCLUSÃO

Os municípios selecionados no presente estudo representam as dez (10) cidades mais populosas e com maior peso na formação do PIB nortista. Sete delas, Manaus, Belém, Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco, Macapá, e Palmas, representam o centro administrativo de cada Unidade da Federação. As demais se localizam no estado do Pará, como são Ananindeua, Marabá, e Santarém.

Por meio do método *Shift-Share* visualizou-se o nível de empregabilidade nos municípios, ou seja, o quanto que o emprego cresceu nos três estados com maior destaque econômico, na região, por exemplo, Amazonas, Pará e Rondônia. A ampliação da Administração Pública, o Comércio e os Serviços foram os maiores geradores de trabalho. Certamente, são setores que tem exigido menos qualificação dos trabalhadores. Por sua vez, a indústria de transformação, também, contribui para a geração de empregos, principalmente, no Amazonas (já muito comentado sobre as causas dessa absorção, por conta da ZFM) e em segundo lugar no Pará.

O estudo leva a confirmação de que a migração ocorrida nas cidades da Região Norte foi de certa forma desencadeada pelas modificações econômicas geradas pelas ações governamentais, que por sua vez estimulou a expansão

das atividades empresariais, gerando emprego e renda. Esse quadro em mutação foi o responsável pelo crescimento populacional nestas localidades. O emprego, as demandas sociais, enfim, foram fatores que fomentaram a persistência de mão-de-obra em deslocar-se de distâncias mais remotas e instalar-se nas cidades do Norte. Cidades que começaram como vilas, em poucos anos tornaram-se localidades com população tantas vezes maior, como por exemplo, Marabá.

Porto Velho, também, foi palco de grande mobilização populacional, uma vez que este foi uma área atuante do projeto colonização do Governo Federal. Há casos também, de cidades que perderam população como é o caso de Belém, de onde a população emigrou para os locais prósperos no seu entorno.

O fenômeno da urbanização em meio a uma Região com vastas áreas de ocupação está associado à intensificação da própria da Região, pois os movimentos da população para as áreas onde as oportunidades de emprego são mais abertas sinalizam que o meio natural circundante da floresta impõe restrições em demasia para o desenvolvimento da qualidade de vida na área rural.

Enfim, os dados tratados neste estudo evidenciaram que a migração responde ao movimento econômico quando se destacam que nos lugares onde há forte absorção de mão-de-obra, há também o acompanhamento dos níveis populacionais elevados. Então neste caso a migração é um coadjuvante importante no processo de crescimento econômico.

## REFERENCIAS

- ALVES, José Eustáquio; BRUNO, Miguel. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica. ENCE, IBGE, 2005.
- ARIAS, Alfonso Rodriguez. População, força de trabalho e emprego na Amazônia. Fundação Joaquim Nabuco. Manaus, 1996.
- BERTOLUCCI JR., Luiz et al. Urbanização, migração e emprego: uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. Seção temática: O social, o econômico e o político no contexto dos fluxos migratórios. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Caxambu, 2006.
- BRASIL, Marília. Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas 70 e 80: uma análise exploratória. FGV, 2000.
- BROCHADO, Ana Maria. A análise de clusters: técnica de classificação na análise espacial: Editora APDR, Coimbra, Portugal, 2002.
- CARVALHO, Jose. Alberto; GARCIA, R.A.. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cadernos de Saúde Publica: Rio de Janeiro, vol. 19, n.3, 2003. p. 725-733
- CAVALCANTI, Clovis. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas publicas. 4ª edição. Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- CENÁRIOS Sociais para a Amazônia Legal 2000/2010. SUDAM/IPEA. Belém, 2004.
- CENSO DEMOGRAFICO: migração e deslocamento. Rio de Janeiro, 2000.
- CONTAS Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- DIAZ, Júlio. Cambio demográfico, inmigracion y crecimiento econômico. Estudios sobre La economia espanola. FEDEA, 2001.
- DINIZ, Alexandre; SANTOS, Reinaldo. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. ABEP: Minas Gerais, 2006.
- DONI, Marcelo Viana. Análise de Cluster: Métodos hierárquicos e de particionamento. Trabalho de Conclusão de Curso. Mackenzie: São Paulo, 2004.
- EMMI, Marília Ferreira. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. 2ª edição. Belém: UFPA/NAEA. 1999.
- GASPARINI, Carlos; MIRANDA, Rogério. Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo fundo de participação dos municípios. Textos para discussão nº 1243, IPEA: Brasília, 2006
- GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira e contemporânea. 6 edição. São Paulo: Atlas, 2007.

HERCULANO, Francisco Elno Bezerra. A Suframa e a dinâmica do desenvolvimento Regional Nortista. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 2005.

IBGE. Censo Demográfico. Migração e Deslocamento: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2003.

LEIBENSTEIN, H. Atraso e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967.

MACIEL, Pedro Juca ET AL. As transferências fiscais e convergências regionais no Brasil. IPEA, 2002.

MARTINE, George. A Redistribuição da população brasileira na década de 80. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, 1994.

MOREIRA, Morvan de Mello. O Novo Padrão Demográfico e as Conseqüências Sócio-Econômicas da Transição Demográfica na Amazônia Brasileira. Fundação Joaquim Nabuco. Manaus, 1996.

MOURA, Hélio. Região Norte: tendências recentes do crescimento populacional. In: Cadernos de Estudos Sociais. VOI 12, 1996.

MINGOTE, Sueli Aparecida. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NASCIMENTO, Luiz Roberto. Incentivos fiscais ao capital e crescimento econômico na Região Norte. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Dezembro, 2002.

NASCIMENTO, Ana Cristina; OLIVEIRA, Carlos. O FPE e os desequilíbrios regionais. Bahia e Análise de Dados, Volume 12. Bahia, 2003.

OLIVEIRA, Antonio Tadeu. Dos movimentos populacionais a pendularidade – uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. ABEP: Minas gerais, 2006

PELOSO, Laura; FONSECA, Sandra. Caracterização do processo de envelhecimento da população e o município de São Jose dos Campos. ABEP: Minas Gerais, 2006.

PEREIRA, José Carlos. Importância e significado das cidades médias na Amazônia. UFPA. Belém, 2004.

PESSOA, S. A. Economia Regional, Crescimento Econômico e Desigualdade Regional de Renda. Ensaios Econômicos. n. 355, 1999.

POCHMANN, Márcio. Atlas da exclusão social no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. Revista de Saúde Pública: São Paulo, 1987.

ROCHA, Sonia. As metrópoles brasileiras as vésperas do terceiro milênio. Econômica, nº 4, pp. 5-24, dezembro 2000.

ROSSBACH, Anaclaudia; ET AL. Serviços de saúde, gastos e envelhecimento da população brasileira. ABEP: Minas Gerais, 2002.

SALAS, Beatriz. El Nuevo orden demografico y sus implicaciones socioeconomicas. Estudios sobre la economia espanola, FEDEA, 2001.

SJAASTAD, L.A. The Costs and Returns of human migration, the Journal of Political Economy, vol. 75 , pp 8-93.

SIMÕES, Rodrigo. Métodos de Análise Regional: diagnóstico para o planejamento regional. In: Clécio Campolina Diniz e Marco Crocco (organizadores). Economia Regional e urbana: Contribuições técnicas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SCHWENK, Cesar; FERRAZ, E. ; FERREIRA I. Pesquisa Nacional Sobre Demografia e Saúde PNDS 1996: algumas características dos jovens com experiência sexual pré-marital. BEMFAM. DHS, 1997.

SCHULTZ, T. W. Reflections on investment in human capital. *American Economic Review*, v. 51, March 1964.

SINGER, Paul. Economia política e urbanização. 3 ed. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

SILVA, Jorge Kleber; NASCIMENTO, José Antonio. Amazônia: uma análise das migrações com base no Censo Demográfico 2000. Coordenação de Geografia do IBGE. Brasília, 2007.

SILVA, Renato Nunes da. Migrações internas no estado do Acre : Rio Branco, um caso de urbanização precoce. 1981. 192 f . Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém,1981.

SOUZA, Carlos Henrique. A trajetória da força de trabalho no Sudeste Paraense: de agricultores migrantes a garimpeiros, de garimpeiros a posseiros, a excluídos, a sem terra. ABEP, Minas Gerais, 2002.

SOUZA, Marcos. O repasse do FPM e os municípios do Estado de Santa Catarina. Distrito Federal, 2003.

TEIXEIRA, Pery. Ser criança na Amazônia: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na Região Norte do Brasil. UNICEF, Belém, 2004.

TODARO, M. Introdução a Economia: uma introdução aos princípios, problemas e políticas para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

TORRES, Maria Martinez. Evoluación de lãs migraciones interregionales en Espana (1996-2004). Fundacion de las casas de ahorros, doc. 258/2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Transferências de Recursos e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Orientações Fundamentais. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo, 2000.

VERGOLINO, Jose; GOMES, Gustavo. Trinta e cinco anos de crescimento economico da Amazônia (1960/1995). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 1997.

## ANEXO 1

**Pooling das capitais da Região Norte no período 1999-2002**

POP RES	PIB	M1	M2	M3	M4	LOG POP	LOG PIB
1186926	4654736	1	0	0	0	6,07442	15,3534
167185	602165	1	0	0	0	5,2232	13,3083
256033	1042117	1	0	0	0	5,4083	13,8568
1255049	12941800	1	0	0	0	6,09866	16,376
121919	277757	1	0	0	0	5,08607	12,5345
309750	1335088	1	0	0	0	5,49101	14,1045
259537	988793	1	0	0	0	5,4142	13,8042
1200355	5561660	0	1	0	0	6,07931	15,5314
171361	789832	0	1	0	0	5,23391	13,5796
267140	1291968	0	1	0	0	5,42674	14,0717
1285841	15638232	0	1	0	0	6,10919	16,5652
133199	419616	0	1	0	0	5,1245	12,9471
314525	1434175	0	1	0	0	5,49766	14,1761
269180	1116261	0	1	0	0	5,43004	13,9255
1304314	5944911	0	0	1	0	6,11538	15,598
208514	863	0	0	1	0	5,31914	6,7601
295898	1444240	0	0	1	0	5,47114	14,1831
1451958	17437463	0	0	1	0	6,16195	16,6741
150884	588478	0	0	1	0	5,17864	13,2853
342264	1715011	0	0	1	0	5,53436	14,3549
261430	1259969	0	0	1	0	5,41736	14,0466
1322683	6537668	0	0	0	1	6,12146	15,6931
214541	1050261	0	0	0	1	5,33151	13,8645
306583	1658953	0	0	0	1	5,48655	14,3217
1488805	20355938	0	0	0	1	6,17284	16,8289
161137	712938	0	0	0	1	5,2072	13,4771
347844	2247753	0	0	0	1	5,54138	14,6254
267740	1410435	0	0	0	1	5,42771	14,1594

Fonte: IBGE; IPEA, 2002.

## ANEXO 2

**Produto Interno Bruto per capita**  
**Região Norte, Unidades de Federação e Municípios (1999-2002)**

<i>UF e Município</i>	<i>PIB per capita</i>			
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>Norte</b>	3.392	3.871	4.255	4.939
<b>Rondônia</b>	3.541	3.888	4.123	4.843
<b>Porto Velho</b>	3.875	4.078	4.779	6.139
<b>Acre</b>	2.865	3.048	3.347	3.833
<b>Rio Branco</b>	4.019	4.401	4.823	5.244
<b>Amazonas</b>	5.646	6.663	7.125	8.374
<b>Manaus</b>	9.420	11.037	11.942	13.535
<b>Roraima</b>	2.540	3.347	3.528	4.162
<b>Boa Vista</b>	3.027	3.829	4.037	4.749
<b>Pará</b>	2.710	3.007	3.383	3.887
<b>Ananindeua</b>	2.214	2.370	2.601	2.835
<b>Belém</b>	3.653	4.290	4.509	4.875
<b>Marabá</b>	2.883	3.344	3.873	4.037
<b>Santarém</b>	1.565	1.636	1.971	2.406
<b>Amapá</b>	3.542	4.216	4.628	5.233
<b>Macapá</b>	3.932	4.662	4.992	5.501
<b>Tocantins</b>	1.861	2.117	2.591	2.931
<b>Palmas</b>	2.219	3.053	3.927	4.392

Fonte: IBGE, 2002

## ANEXO 3

## Brasil e Região Norte e capitais - População Adulta (20-59 anos)

<i>Local</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
<b>Brasil</b>	38.778.269	52.648.994	70.096.866	70.068.399
<b>Região Norte</b>	1.360.513	2.263.420	4.160.450	5.866.892
<b>Porto Velho (RO)</b>	33.891	56.676	131.605	166.276
<b>Rio Branco (AC)</b>	31.072	47.344	85.892	121.397
<b>Manaus (AM)</b>	124.894	261.973	463.630	707.062
<b>Boa Vista (RR)</b>	13.061	27.400	69.975	97.026
<b>Ananindeua (PA)</b>	8.741	26.398	39.424	203.143
<b>Belém (PA)</b>	256.485	404.223	597.561	679.263
<b>Marabá (PA)</b>	11.215	24.226	50.981	76.227
<b>Santarém (PA)</b>	11.215	24.226	50.981	76.227
<b>Macapá (AP)</b>	30.505	49.154	72.603	131.450
<b>Palmas (TO)</b>	0	0	11.713	72.134

Fonte: Censos Demográficos - IBGE.



## ANEXO 4

**População não-natural com menos de 10 anos de residência, segundo as Unidades da Federação - 1991/2000**

<i>Unidade de Federação</i>	<i>População não-natural com menos de 10 anos de Residência</i>		<i>Dif. Relativa (%)</i>
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	
<b>Região Norte</b>	<b>1.022.674</b>	<b>988.407</b>	<b>-3,4</b>
<b>Acre</b>	20.752	22.826	10,0
<b>Amapá</b>	35.803	86.837	142,5
<b>Amazonas</b>	88.382	137.651	55,7
<b>Roraima</b>	56.372	81.188	44,0
<b>Rondônia</b>	326.772	162.873	-50,2
<b>Pará</b>	381.451	333.686	-12,5
<b>Tocantins</b>	113.142	163.346	44,4

Fonte: IBGE (Censo Demográfico).

## ANEXO 5

POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO – BRASIL E CAPITAIS DA REGIÃO NORTE  
– ano 2000

CAPITAIS	DOMICÍLIO	POPULAÇÃO	PROPORÇÃO (%)
Porto Velho – RO	Urbana	273.709	81,78
	Rural	60.952	18,22
	Total	253.059	100
Rio Branco – AC	Urbana	226.298	89,42
	Rural	26.761	10,58
	Total	1.405.835	100
Manaus – AM	Urbana	1.396.768	99,35
	Rural	9.067	0,65
	Total	200.568	100
Boa Vista – RR	Urbana	197.098	98,26
	Rural	3.470	1,74
	Total	1.280.614	100
Belém – PA	Urbana	1.272.354	99,35
	Rural	8.260	0,65
	Total	283.308	100
Macapá – AP	Urbana	273.026	96,37
	Rural	10.282	3,63
	Total	137.355	100
Palmas - TO	Urbana	134.179	97,68
	Rural	3.176	2,32

Fonte: IBGE, 2000.

## ANEXO 6

### FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POPULAÇÃO RESIDENTE e PIB PER CAPITA DAS CAPITAIS NORTISTAS – ano 2000

<b>Capital</b>	<b>FPM (mil)</b>	<b>Pop. Residente (mil)</b>	<b>PIB per capita (R\$)</b>
<b>Belém</b>	72.122.354	1.280.614	4.290
<b>Boa Vista</b>	51.515.967	200.568	3.829
<b>Macapá</b>	30.685.984	283.308	4.662
<b>Manaus</b>	32.455.059	1.405.835	11.037
<b>Palmas</b>	51.527.138	137.355	3.053
<b>Porto Velho</b>	32.970.219	334.661	4.078
<b>Rio Branco</b>	40.733.345	253.059	4.401

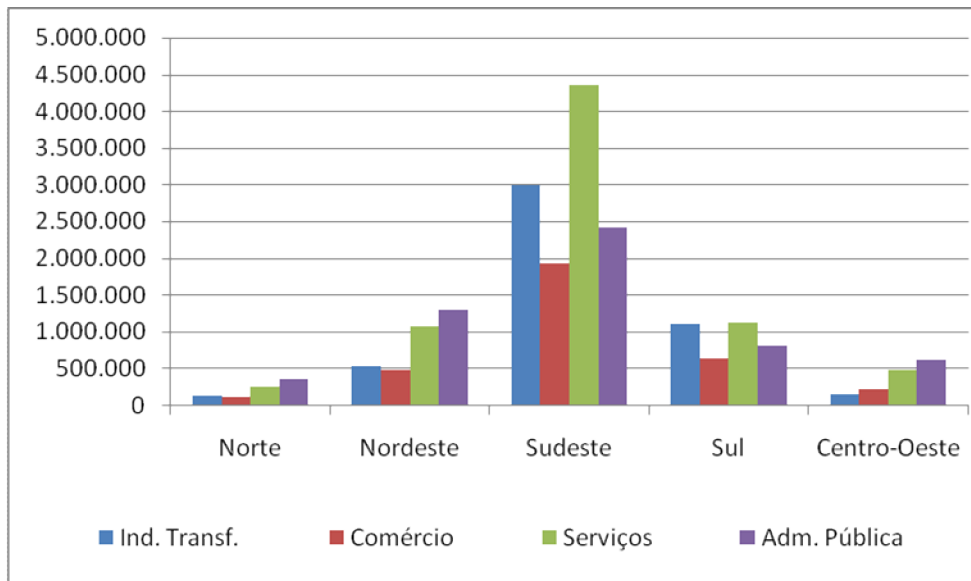
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN; IBGE.

## ANEXO 7

## População Residente

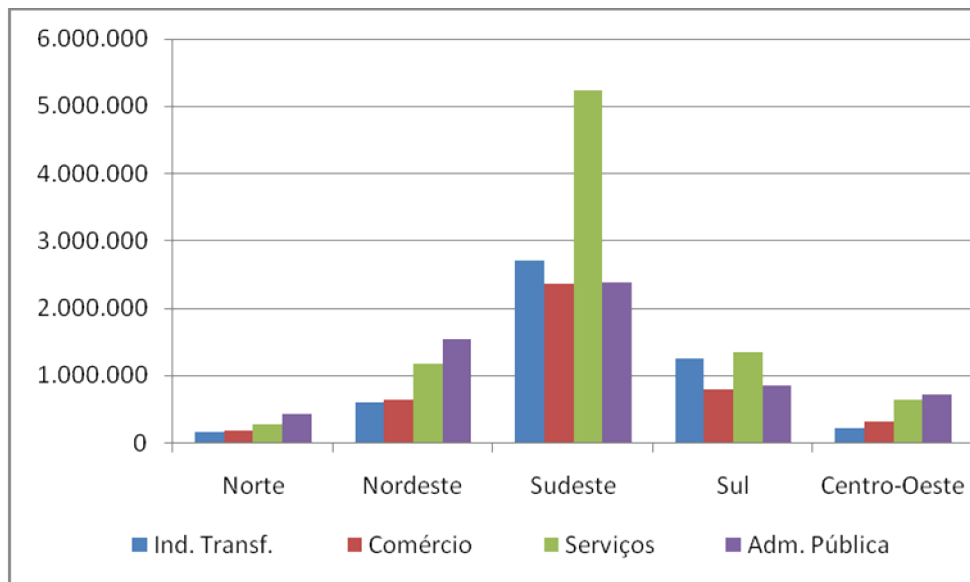
Brasil e Município	Situação do domicílio	Ano			
		1970	1980	1991	2000
Brasil	Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856
	Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.925.238
	Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618
Porto Velho – RO	Total	84.048	133.882	287.534	334.661
	Urbana	47.888	102.593	229.788	273.709
	Rural	36.160	31.289	57.746	60.952
Rio Branco – AC	Total	83.977	117.101	197.376	253.059
	Urbana	35.628	87.577	168.679	226.298
	Rural	48.349	29.524	28.697	26.761
Manaus – AM	Total	311.622	633.383	1.011.501	1.405.835
	Urbana	283.673	611.843	1.006.585	1.396.768
	Rural	27.949	21.540	4.916	9.067
Boa Vista – RR	Total	36.464	67.017	144.249	200.568
	Urbana	16.868	43.854	120.157	197.098
	Rural	19.596	23.163	24.092	3.470
Ananindeua – PA	Total	22.527	65.878	88.151	393.569
	Urbana	2.923	6.850	74.051	392.627
	Rural	19.604	59.028	14.100	942
Belém – PA	Total	633.374	933.280	1.244.689	1.280.614
	Urbana	602.829	824.405	849.187	1.272.354
	Rural	30.545	108.875	395.502	8.260
Marabá – PA	Total	24.474	59.881	123.668	168.020
	Urbana	14.569	41.752	102.435	134.373
	Rural	9.905	18.129	21.233	33.647
Santarém – PA	Total	135.215	191.945	265.062	262.538
	Urbana	61.324	111.493	180.018	186.297
	Rural	73.891	80.452	85.044	76.241
Macapá – AP	Total	86.097	137.452	179.777	283.308
	Urbana	54.903	93.063	154.063	273.026
	Rural	31.194	44.389	25.714	10.282
Palmas – TO	Total	-	-	24.334	137.355
	Urbana	-	-	19.246	134.179
	Rural	-	-	5.088	3.176

### Geração de Empregos Formais nas Grandes Regiões 1995



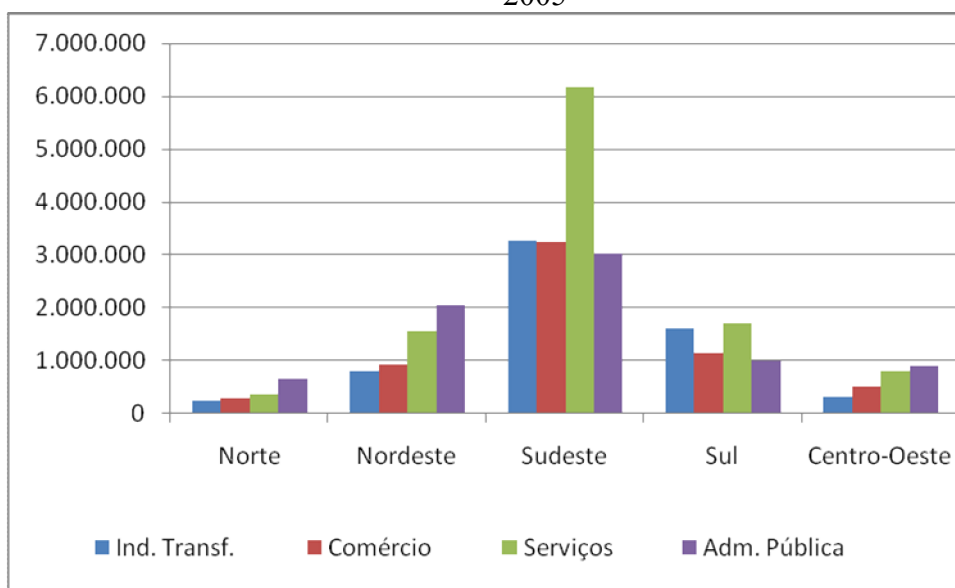
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

### Geração de Empregos Formais nas Grandes Regiões 2000



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

### Geração de Empregos Formais nas Grandes Regiões 2005



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.